Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

International Meal Company Alimentação S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório dos Auditores Independentes

INTERNATIONAL MEAL COMPANY

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

Encerramos 2019 com receita líquida consolidada expandindo1,3% para R$1,6 milhões. Nosso lucro bruto atingiu R$ 512,7 milhões, 0,7% acima de 2018, e com uma margem de 0,2 p.p. maior que ano passado atingindo 32,0%. O EBITDA ajustado consolidado atingiu R$ 228,4milhões em 2019, um crescimento de 67,8% em relação a 2018, com um aumento de 6 p.p. na margem, atingindo 8,6%. O prejuízo líquido no ano foi de R$15,8 milhões, comparado a um lucro de R$ 7,9 milhões no ano passado. O resultado consolidado reflete o desempenho das nossas três regiões em que atuamos: Brasil, Estados Unidos e Caribe. No Brasil, nosso negócios de rodovias, representado pelo Frango Assado, apresentou crescimento de receita e uma leve expansão de margem. Nosso negócio de aeroportos, restaurante e catering, foi impactado pela saída da Avianca do mercado, que reduziu o número de voos e passageiros nos aeroportos e, por fim, nossos negócios de shoppings, que apresentou aumento de receita com a adição das marcas Pizza Hut e KFC ao fim do ano, mas apresentou queda no resultado operacional em função de maiores gastos com terceirização da produção e lojas em processo de maturação. No Brasil, em 2019, iniciamos e finalizamos a cozinha central, obra tão aguardada por nós. Incorporamos duas marcas icônicas e, que atuam em mercados relevantes, como a Pizza Hut no mercado de pizzarias e o KFC, uma das maiores redes de fast food de frango no mundo. Os impactos negativos e pontuais ao longo do ano se referem a saída da Avianca do mercado, que impactou nossas operações de aeroportos, bem como a construção da cozinha, que fez com que terceirizássemos parte da produção aumentando nosso custo.

Nossa operação de Caribe, representada pelos restaurantes no aeroporto de Tocumen no Panama e 8 operações de catering na Colombia, foi impactada pela abertura de alguma portas no novo terminal do aeroporto, que impactou o fluxo no terminal existente e onde estamos presentes. Hoje contamos com 13 lojas no terminal existente e teremos 11 lojas no novo terminal que ainda não começaram suas operações.

Nos Estados Unidos, onde atuamos com restaurantes principalmente da marca Margaritaville, a desvalorização do Real ao longo do ano mitigou os impactos negativos do furacão Dorian em 2019.

Para maiores detalhes visite nossa página http://ri.internationalmealcompany.com/

Comentários do Desempenho – Consolidado

(em milhões de R$)	12M19	12M18	Var%
Receita Líquida	1.603,0	1.582,1	1,3%
Lucro Bruto	512,7	509,1	0,7%
Lucro (prejuizo) Liquido	(15,8)	7,9	(300,0%)

Receita Líquida

A IMC obteve no exercício de 2019 uma receita líquida de R$1,6 milhão, um crescimento de 1,3% se comparado ao ano de 2018. Tal evolução deve-se ao desempenho positivo de vendas nas mesmas lojas no Brasil e da adição de Pizza Hut e KFC ao final do ano.

Custos de Vendas e Serviços

Em 2018 a Companhia teve um custo total de vendas e serviços no montante de R$ 1,1 milhão, representando 68,0% da receita líquida em comparação a 67,8% em 2018, portanto um aumento de 0,2 p.p..

Lucro Bruto

Tendo em vista o exposto acima, o Lucro Bruto da IMC atingiu R$512,7 milhões em 2019, um aumento de 0,7% em relação a 2018, representando uma margem bruta de 32,0%, 0,2 p.p. abaixo ao registrado em 2018.

Despesas Operacionais

Despesas de vendas e operacionais: as despesas de vendas e operacionais somaram R$251,5 milhões em 2019, o que representa uma queda de 24,9% em relação a 2018, ou uma melhora de 5,5 p.p..

Despesas gerais e administrativas: as despesas gerais e administrativas totalizaram R$135,1 milhões em 2019, em comparação a R$114,2 milhões no mesmo período do ano anterior; o que representa uma piora de 1,2 p.p.

Depreciação e amortização: as despesas com depreciação e amortização aumentaram de R$27,7 milhões em 2018 para R$99,6 milhões em 2019, o que representa um aumento de 259,3%.

Redução do valor recuperável dos ativos: houve também uma redução em relação às despesas de redução do valor recuperável dos ativos em 2019 para um valor negativo de R$3,9 milhões em comparação a R$6,0 milhões em 2018.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas: em 2019, outras receitas/despesas operacionais líquidas somaram uma receita R$17,1 milhões, em comparação a uma despesas de R$7,9 milhões em 2018.

Resultado de equivalência patrimonial: em 2019 houve um aumento de 42,4% no resultado de equivalência patrimonial, que totalizou R$9,8 milhões em comparação a R$6,9 milhões.

Resultado financeiro líquido: o resultado financeiro líquido em 2018 foi negativo em R$57,4 milhões, em comparação a R$17,4 milhões em 2018.

Imposto de renda e contribuição social

O total de imposto de renda e contribuição social foi uma despesa de R$7,9 milhões em 2019, em comparação a uma reversão de imposto de R$0,2 milhões em 2018.

Lucro líquido (prejuízo) do período de operações continuadas

Consequentemente, a IMC apresentou em 2019 um prejuízo líquido de operações continuadas de R$15,8 milhões em comparação a um lucro de R$7,9 milhões em 2018.

Relacionamento com Auditores externos

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 a Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda. foi contratada para a execução de serviços não relacionados à auditoria externa (a) assessoria na elaboração de Due Diligence, tendo sido contratada em março de 2019, representando o montante de R$901 mil. A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. nos comunicou que a prestação de tais serviços não afetaram a sua independência e objetividade, em razão da definição do escopo e dos procedimentos executados.

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
International Meal Company Alimentação S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da International Meal Company Alimentação S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da International Meal Company Alimentação S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Teste de recuperabilidade de ágio

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Companhia é requerida a proceder anualmente ao teste de recuperabilidade (teste de *impairment*) dos valores registrados como ágio para determinar se houve perda no seu valor recuperável. Conforme divulgado na nota explicativa 14, a Companhia possui contabilizado ágio no montante de R$864.833 mil, que representa 32% do total do ativo consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

O teste de recuperabilidade do ágio foi avaliado como um principal assunto de auditoria devido à magnitude do montante envolvido e o fato de ser realizado com base em diversas premissas e critérios, incluindo projeções de mercado como taxas de crescimento de vendas das lojas, taxas de desconto e estimativas de margem para determinar o valor em uso, as quais são complexas e subjetivas e requerem o uso de julgamento por parte da Administração da Companhia.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar no teste de recuperabilidade do ágio e na avaliação da adequação do modelo de fluxo de caixa descontado e das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia. As premissas de margem e das taxas de crescimento utilizadas pela Companhia foram comparadas com aquelas reportadas ou estimadas por empresas similares em adição a outros procedimentos executados para avaliar a razoabilidade dessas premissas e a integridade das informações utilizadas pela Companhia. Focamos também na adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no teste de recuperabilidade, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do ágio.

Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado pela Administração da Companhia com base nos fluxos de caixa descontados por unidade geradora de caixa, com o respectivo valor contábil da unidade geradora de caixa, que inclui o valor do ágio, e avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 14 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste anual de recuperabilidade do ágio, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios, julgamentos e premissas adotados pela Administração para avaliar a recuperabilidade do ágio registrado, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na nota explicativa 22, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R$138.965 mil em 31 de dezembro de 2019 computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia avaliou a recuperabilidade desse saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis. Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da Administração com base em premissas e critérios utilizados na determinação das projeções de lucros tributáveis, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em avaliação e em impostos para nos auxiliar na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros e taxas de desconto a valor presente de tais projeções. As projeções de lucros tributáveis futuros foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de Administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na nota explicativa 22.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Adoção inicial da nova prática contábil – IFRS16/NBC TG 06 (R3) - Operações de arrendamento mercantil

Conforme divulgado nas notas explicativas 3(l) e 15 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, em 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o novo pronunciamento contábil NBC TG 06 (R3) - Operações de arrendamento mercantil, equivalente ao IFRS 16 – *Leases* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), com base na abordagem retrospectiva modificada que resulta na aplicação prospectiva da norma. Essa adoção resultou no reconhecimento nos balanços patrimoniais de abertura em 1º de janeiro de 2019, de ativo por direito de uso e passivo de arrendamento nos montantes de R$17.106 mil na Controladora e R$405.398 mil no Consolidado, respectivamente.

A adoção do IFRS16/NBC TG 06 (R3) foi considerada com um principal assunto de auditoria, pois, além da magnitude dos valores registrados nas demonstrações financeiras, envolveu julgamento significativo por parte da Administração da Companhia na determinação da taxa incremental de juros e dos prazos dos contratos de arrendamento, que são estimativas chaves utilizadas para estimar o

ativo por direito de uso e o passivo de arrendamento. Mudanças nestas estimativas podem ter impactos significativos nos valores reconhecidos pela Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo implementado pela Administração; a avaliação da interpretação da Administração dos termos e condições dos contratos de locação e julgamentos significativos aplicados para definição dos prazos de arrendamento; a avaliação das políticas contábeis e expedientes práticos adotados pela Administração, o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas na avaliação dos critérios e das premissas utilizados pela Administração da Companhia na determinação da taxa incremental de juros; além de testes para avaliar a exatidão matemática dos valores do ativo por direito de uso e do passivo de arrendamento e a integridade e a precisão dos dados utilizados nos cálculos efetuados pela Administração da Companhia.

Adicionalmente, avaliamos se as divulgações efetuadas pela Companhia, referentes à adoção do IFRS16/NBC TG 06 (R3), foram adequadamente incluídas nas notas explicativas 3(l) e 15 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para mensuração do ativo e passivo iniciais e outros ajustes, assim como a respectiva divulgação nas notas explicativas 3(l) e 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Combinação de negócios

Conforme divulgado na nota explicativa 5 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, a Companhia adquiriu, em 31 de outubro de 2019, o controle da MultiQSR Gestão de Restaurantes S.A. (doravante “Empresa”) e registrou essa combinação de negócios utilizando o método de aquisição, tendo apurado ágio de R$159.703 mil após o processo de alocação do preço de aquisição.

Esse assunto foi considerado com um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude e abrangência de seu impacto nas demonstrações financeiras e às avaliações e julgamento exercidos pela Administração para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a consequente alocação do preço de aquisição.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo implementado pela Administração sobre o processo de combinação de negócios e na determinação da alocação do preço de aquisição; a execução de procedimentos de auditoria dos saldos iniciais da Empresa adquirida na data de aquisição como parte da determinação do valor justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, incluindo revisão do alinhamento de práticas contábeis da Companhia com as da Empresa adquirida; e o envolvimento de nossos especialistas em finanças

corporativas para nos auxiliar na avaliação das premissas e das metodologias utilizadas pela Administração na mensuração e no reconhecimento do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e do ágio.

Adicionalmente, avaliamos se as respectivas divulgações efetuadas pela Companhia foram adequadamente incluídas na nota explicativa 5 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as avaliações e julgamento exercidos pela Administração para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a consequente alocação do preço de aquisição, assim como as divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

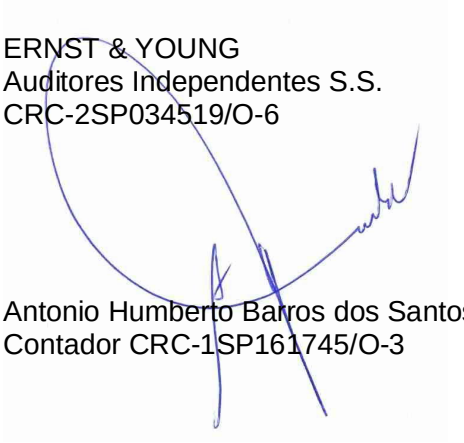
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório

porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Antonio Humberto Barros dos Santos
Contador CRC-1SP161745/O-3

International Meal Company Alimentação S.A. e Controladas

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	**140.081**	130.228	**332.806**	268.561
Contas a receber	9	**15.503**	14.711	**62.905**	78.907
Estoques	10	**4.030**	2.411	**53.202**	37.742
Tributos e contribuições a recuperar	11	**20.099**	18.808	**90.260**	61.658
Instrumentos financeiros derivativos	7.c)	**-**	-	**149**	53
Despesas antecipadas		**1.189**	1.491	**8.646**	5.278
Outros ativos circulantes		**807**	786	**8.311**	6.106
Total do ativo circulante		**181.709**	168.435	**556.279**	458.305
Não circulante					
Aplicações financeiras		**-**	-		20
Contas a receber	9	**776**	2.504	**1.376**	3.907
Instrumentos financeiros derivativos	7.c)	**-**	-	**-**	40
Depósitos judiciais		**3.355**	2.854	**13.666**	12.070
Contas a receber de partes relacionadas	31.b)	**128.285**	20.215	**2.535**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.a)	**-**	-	**17.509**	9.863
Outros ativos não circulantes		**3.809**	3.703	**13.394**	17.006
Investimentos	12	**1.200.319**	942.933	**22.832**	24.254
Imobilizado	13	**22.900**	23.668	**372.677**	259.399
Intangível	14	**123.165**	127.416	**1.300.340**	853.618
Direito de uso	15	**16.258**	-	**385.042**	-
Total do ativo não circulante		**1.498.867**	1.123.293	**2.129.371**	1.180.177
Total do ativo		**1.680.576**	1.291.728	**2.685.650**	1.638.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

International Meal Company Alimentação S.A. e Controladas

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	16	**14.568**	14.847	**188.097**	80.980
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	**7.485**	149.397	**83.202**	189.595
Salários e encargos sociais	18	**17.909**	12.779	**65.935**	55.676
Tributos a recolher		**2.030**	1.123	**27.367**	16.141
Receita diferida		**833**	1.137	**16.361**	7.675
Parcelamento de aquisições de empresas	19	**-**	-	**6.394**	6.528
Dividendos propostos		**-**	1.875	**-**	1.875
Acordos e parcelamentos trabalhistas		**283**	169	**1.133**	1.037
Passivo de arrendamento (“direito de uso”)	15	**4.942**	-	**92.060**	-
Outros passivos circulantes		**-**	-	**14.413**	16.847
Total do passivo circulante		**48.050**	181.327	**494.962**	376.354
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	**387.789**	-	**478.470**	108.113
Contas a pagar a partes relacionadas	31.c)	**51.059**	59.542	**3.080**	-
Acordos e parcelamentos trabalhistas		**74**	129	**74**	129
Provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias	20	**6.809**	4.804	**84.680**	12.900
Receita diferida		**803**	1.368	**19.231**	9.707
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.a)	**25.859**	28.048	**77.502**	71.575
Parcelamento de aquisições de empresas	19	**-**	-	**35.164**	30.182
Passivo de arrendamento (“direito de uso”)	15	**12.094**	-	**309.162**	-
Outros passivos não circulantes		**2.933**	1.292	**38.219**	14.304
Total do passivo não circulante		**487.420**	95.183	**1.045.582**	246.910
Patrimônio líquido					
Capital social	23	**786.065**	876.281	**786.065**	876.281
Reserva de capital		**297.043**	83.608	**297.043**	83.608
Reserva para plano de opções de compra de ações	24	**28.937**	23.293	**28.937**	23.293
Reservas de lucros		**-**	8.814	**-**	8.814
Prejuízos acumulados		**(7.028)**	-	**(7.028)**	-
Outros resultados abrangentes		**40.089**	23.222	**40.089**	23.222
Total do patrimônio líquido		**1.145.106**	1.015.218	**1.145.106**	1.015.218
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.680.576**	1.291.728	**2.685.650**	1.638.482

As notas explicativas são parte integrante das das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

International Meal Company Alimentação S.A. e Controladas

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	25	**147.492**	167.030	**1.603.262**	1.582.081
Custo de vendas e serviços	30	**(103.892)**	(111.105)	**(1.090.557)**	(1.073.012)
Lucro bruto		**43.600**	55.925	**512.705**	509.069
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas e operacionais	26	**(18.908)**	(25.021)	**(251.487)**	(334.883)
Despesas gerais e administrativas	27	**(41.813)**	(26.655)	**(135.148)**	(114.205)
Depreciação e amortização	30	**(15.613)**	(12.086)	**(99.622)**	(27.728)
Redução (reversão) do valor recuperável dos ativos	30	**(1.098)**	15	**(3.877)**	(6.029)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	**(472)**	(2.003)	**17.070**	(7.925)
Resultado de equivalência patrimonial	12 e 30	**33.993**	52	**9.778**	6.866
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		**(311)**	(9.773)	**49.419**	25.165
Resultado financeiro, líquido	29	**(16.489)**	22.976	**(57.378)**	(17.442)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(16.800)**	13.203	**(7.959)**	7.723
Imposto de renda e contribuição social corrente	22.c)	**-**	(735)	**(8.671)**	(8.472)
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.c)	**958**	(4.574)	**788**	8.643
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(15.842)**	7.894	**(15.842)**	7.894
Atribuível a(os)					
Controladores		**(15.842)**	7.894	**(15.842)**	7.894
Lucro (prejuízo) por ação - R$					
Básico (centavos por ação)	34	**(0,09381)**	0,04875	**(0,09381)**	0,04875
Diluído (centavos por ação)	34	**(0,09381)**	0,04866	**(0,09381)**	0,04866

As notas explicativas são parte integrante das das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

International Meal Company Alimentação S.A. e Controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Lucro líquido do exercício	**(15.842)**	7.894	**(15.842)**	7.894
Ajustes de conversão de balanço de controladas no exterior	**16.867**	35.771	**16.867**	36.670
	16.867	35.771	**16.867**	36.670
Total do resultado abrangente do exercício	**1.025**	43.665	**1.025**	44.564
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS				
Controladores	**1.025**	43.665	**1.025**	43.665
Não Controladores	**-**	-	**-**	899
	1.025	43.665	**1.025**	44.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

International Meal Company Alimentação S.A. e Controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

		Reserva de capital				Reserva de lucros					
	Capital Social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Total da reserva de capital	Reserva para plano de opções de compra de ações	Reserva legal	Reserva de lucros	Total da reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	876.281	134.759	(51.151)	83.608	23.293	578	8.236	8.814	-	23.222	1.015.218
Lucro líquido do periodo	-	-	-	-	-	-	-	-	**(15.842)**	-	**(15.842)**
Ajustes de conversão de balanço de controladas no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**16.867**	**16.867**
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	-	-	-	-	**(15.842)**	**16.867**	**1.025**
Redução do capital social	**(100.000)**	-	-	-	-	-	-	-			**(100.000)**
Utilização de reserva de lucros	-	-	-	-	-	**(578)**	**(8.236)**	**(8.814)**	**8.814**	-	-
Aumento de capital e reserva legal pela incorporação de ações da MultiQSR	**9.784**	**207.099**	-	**207.099**	-	-	-	-	-	-	**216.883**
Ações em tesouraria Adquiridas	-	-	**(2.428)**	**(2.428)**	-	-	-	-	-	-	**(2.428)**
Ações em tesouraria vendidas	-	**(3.898)**	**12.662**	**8.764**	-	-	-	-	-	-	**8.764**
Plano de opções de compra de ações	-	-	-	-	**5.644**	-	-	-	-	-	**5.644**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**786.065**	**337.960**	**(40.917)**	**297.043**	**28.937**	-	-	-	**(7.028)**	**40.089**	**1.145.106**

As notas explicativas são parte integrante das das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

International Meal Company Alimentação S.A. e Controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Reserva de capital					Reserva de lucros							
	Capital Social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Total da reserva de capital	Reserva para plano de opções de compra de ações	Reserva legal	Reserva de lucros	Total da reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação não controladora	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	876.281	136.764	(20.714)	116.050	13.725	183	2.612	2795	-	(12.549)	996.302	7.663	1.003.965
Lucro líquido do periodo	-	-	-	-	-	-	-	-	7.894	-	7.894	-	7.894
Ajustes de conversão de balanço de controladas no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.771	35.771	899	36.670
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	-	-	-	-	7.894	35.771	43.665	899	44.564
Ações em tesouraria vendidas	-	(2.005)	5.840	3.835	-	-	-	-	-	-	3.835	-	3.835
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	(36.277)	(36.277)	-	-	-	-	-	-	(36.277)	-	(36.277)
Plano de opções de compra de ações	-	-	-	-	9.568	-	-	-	-	-	9.568	-	9.568
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	395	-	395	(395)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	5.624	5.624	(5.624)	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.875)	-	-	-	(1.875)
Efeito do encerramento de acordo operacional envolvendo subsidiária localizada no exterior (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.562)	(8.562)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	876.281	134.759	(51.151)	83.608	23.293	578	8.236	8.814	-	23.222	1.015.218	-	1.015.218

(a) Em 17 de agosto de 2018, a Companhia concluiu as negociações para encerramento de acordo operacional com investidor que detinha participação minoritária em uma das suas subsidiárias localizada nos Estados Unidos da América. Como decorrência desta transação, a Companhia passou a deter 100% de participação nesta subsidiária e apurou este ganho, que compensou outros custos incorridos.

As notas explicativas são parte integrante das das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

International Meal Company Alimentação S.A. e Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) líquido do período		**(15.842)**	7.894	**(15.842)**	7.894
Ajustes para reconciliar o lucro líquido período proveniente das operações continuadas com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	**30**	**16.371**	16.879	**79.004**	77.639
Depreciação de direito de uso		**3.874**	-	**70.403**	-
Redução do valor recuperável dos ativos intangíveis (utilização)	**13 e 14**	**-**	(54)	**(2.662)**	(4.499)
Redução do valor recuperável dos ativos intangíveis (provisão/reversão)		**1.098**	-	**3.877**	6.028
Baixa do ativo imobilizado e intangível		**695**	1.175	**4.022**	8.493
Amortização de investimento em "joint venture"		**-**	-	**2.462**	2.281
Resultado de equivalência patrimonial	**12**	**(33.993)**	(52)	**(12.234)**	(9.147)
Provisão (reversão) para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias	**21**	**5.379**	4.058	**12.978**	10.910
Imposto de renda e contribuição social	**22 c)**	**(958)**	5.309	**7.884**	(171)
Juros sobre empréstimos	**29**	**19.940**	919	**29.531**	11.451
Juros sobre aquisições de empresas e fundo de comércio	**29**	**-**	-	**1.704**	1.937
Juros sobre arrendamento	**15**	**1.801**	-	**33.691**	-
Resultado de variação cambial	**29**	**955**	1.724	**(333)**	1.774
Pagamentos baseados em ações		**5.644**	9.568	**5.644**	9.568
Receita diferida e descontos apropriados		**(870)**	(3.377)	**(4.751)**	(3.423)
Efeito do encerramento de acordo operacional envolvendo subsidiária localizada no exterior		**-**	-	**-**	(12.471)
Ganho sobre perdão de empréstimos de parte relacionada		**-**	(27.782)	**-**	
Provisões diversas e outros		**16.135**	(1.401)	**(19.920)**	(3.966)
		20.229	14.860	**195.458**	104.298
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		**1.033**	3.661	**24.193**	8.928
Estoques		**(1.618)**	789	**(9.248)**	9.342
Impostos e contribuições a recuperar		**1.529**	(4.430)	**24.333**	2.324
Despesas antecipadas		**302**	1.298	**(9.492)**	16
Fornecedores		**(14.776)**	(1.242)	**(338)**	(4.755)
Partes relacionadas		**(117.098)**	(7.240)	**-**	-
Juros sobre capital próprio recebidos	**12**	**8.803**	-	**-**	-
Pagamento demandas judiciais trabalhistas, cíveis e tributarias	**20**	**(3.314)**	(3.207)	**(11.106)**	(13.345)
Outros ativos e passivos operacionais		**6.615**	(4.658)	**3.116**	(15.121)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**(98.295)**	(169)	**216.916**	91.687
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(1.061)**	(63)	**(8.214)**	(3.748)
Juros pagos sobre empréstimos		**(13.014)**	(27)	**(22.644)**	(10.708)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento ("direito de uso")		**(779)**	-	**(12.185)**	-
Juros pagos sobre aquisição de empresas e fundo de comércio		**-**	-	**(3.009)**	(922)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(113.149)**	(259)	**170.864**	76.309
Fluxo de caixa das atividades de investimento			-		(576)
Aquisição de participação de não controladora		**-**	18.063	-	-
Pagamento de aquisições de negócios realizadas em exercícios anteriores		**-**	-	**(5.211)**	(6.983)
Dividendos recebidos	**12**	**-**	-	**11.900**	11.706
Recebimento na alienação de operação descontinuada		**-**	-	**3.694**	1.322
Adições de intangíveis, líquido do saldo parcelado a pagar		**(7.976)**	(2.367)	**(11.482)**	(8.093)
Adições de imobilizado, líquido do saldo parcelado a pagar		**(5.743)**	(4.176)	**(132.151)**	(70.746)
Caixa aquisição de empresas		**-**	-	**22.630**	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(13.719)**	11.520	**(110.620)**	(73.370)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento (Redução) de capial		**(100.000)**		**(100.000)**	
Pagamento de dividendos		**(1.875)**	(871)	**(1.875)**	(871)
Ações em tesouraria adquiridas		**(2.428)**	(36.277)	**(2.428)**	(36.277)
Ações em tesouraria vendidas		**8.764**	3.835	**8.764**	3.835
Novos empréstimos, líquido dos custos de captação		**386.377**	148.605	**453.570**	148.605
Amortização de passivo de arrendamento ("direito de uso")		**(4.117)**	-	**(79.724)**	-
Amortização de empréstimos		**(150.000)**	(75)	**(280.249)**	(43.696)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		**136.721**	115.217	**(1.942)**	71.596
Efeito de variações cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa		**-**	-	**5.943**	10.438
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO EXERCÏCIO		**9.853**	126.478	**64.245**	84.973
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÏCIO		**130.228**	3.750	**268.561**	183.588
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÏCIO		**140.081**	130.228	**332.806**	268.561

As notas explicativas são parte integrante das das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

International Meal Company Alimentação S.A. e Controladas

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	25	**161.123**	179.667	**1.703.414**	1.683.130
Outras receitas	28	**5.493**	3.751	**34.088**	15.215
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		**97**	(3.706)	**(15.297)**	(3.272)
		166.713	179.712	**1.722.205**	1.695.073
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo de vendas e serviços	30	**(38.506)**	(42.529)	**(564.973)**	(549.490)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		**(27.235)**	(25.842)	**(171.883)**	(167.960)
Outros		**7.631**	17.074	**(119.289)**	(137.443)
		(58.110)	(51.297)	**(856.145)**	(854.893)
Valor adicionado bruto		**108.603**	128.415	**866.060**	840.180
Depreciação e amortização	30	**(16.371)**	(16.879)	**(81.466)**	(79.920)
Redução do valor recuperável dos ativos intangíveis (utilização)		**(1.098)**	15	**(3.877)**	(6.029)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**91.134**	111.551	**780.717**	754.231
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial na participação em controladas	12	**33.933**	52	**12.241**	9.147
Variações cambiais	29	**(955)**	(1.724)	**333**	(1.774)
Receitas financeiras	29	**10.275**	28.412	**18.067**	9.669
		43.253	26.740	**30.641**	17.042
Valor adicionado total a distribuir		**134.387**	138.291	**811.358**	771.273
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal:					
Salários e encargos		**86.436**	84.085	**481.333**	480.812
Honorários da administração		**12.110**	8.845	**12.110**	8.845
Pagamentos baseados em ações	32	**4.667**	7.813	**4.667**	7.813
	30	**103.213**	100.743	**498.110**	497.470
Impostos, taxas e contribuições:					
Impostos sobre vendas	25	**14.438**	12.218	**61.621**	68.731
Imposto de renda e contribuição social	22.c)	**(958)**	5.309	**7.884**	(171)
		13.480	17.527	**69.505**	68.560
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		**21.741**	919	**64.926**	13.388
Royalties		**-**	-	**26.047**	23.652
Aluguéis		**11.795**	11.208	**168.612**	160.309
		33.536	12.127	**259.585**	197.349
Remuneração de capitais próprios:					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(15.842)**	7.894	**(15.842)**	7.894
		(15.842)	7.894	**(15.842)**	7.894
		134.387	138.291	**811.358**	771.273

As notas explicativas são parte integrante das das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

1.1. Operação

A International Meal Company Alimentação S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 4.777, 12º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, constituída em 1965, é uma Companhia por ações, negociada na B3 S.A. – Brasil. Bolsa. Balcão ("B3") sob o "ticker" "MEAL3" e listada no segmento Novo Mercado.

A Companhia, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), tem como objeto social a venda de alimentação e bebidas em restaurantes, bares e cafés ("lojas"), a venda de alimentação para prestação de serviços de bordo em aeronaves ("comissaria" ou "catering") e a exploração de franquias. O Grupo também opera com sublocação de lojas e espaço para fins promocionais e comerciais em sua rede de lojas, com a venda de combustíveis, além de prestar serviços relacionados com essas atividades.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo mantém operações no Brasil, no Panamá, na Colômbia e nos Estados Unidos da América.

1.2. Aquisição da MultiQSR

Em 31 de outubro de 2019, ocorreu a consumação e fechamento da incorporação de ações de emissão da MultiQSR Gestão de Restaurantes S.A. ("MultiQSR") pela Companhia ("Incorporação"), conforme aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de agosto de 2019, por meio da qual a Família Martins se tornou acionista da Companhia e passou a deter 29.387.930 ações ordinárias de emissão da Companhia; assim como a subsequente transferência de 4.077.931 ações ordinárias da Companhia, pela Família Martins para Kentucky Fried Chicken International Holdings LLC e Pizza Hut International LLC, empresas que detém o direito de explorar as marcas KFC e Pizza Hut e subsdiárias da Yum! Brands Inc, ("Yum!"), , passando a Yum! a deter 2,08% do capital social da Companhia e a Família Martins a deter 12,92% do capital social da Companhia. A Multi QSR tem contrato com a Yum!, por meio do qual pode explorar, com exclusividade, as marcas KFC e Pizza Hut no Brasil

Esssa transação foi registrada como uma combinação de negócios, com base nos requerimentos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios (equivalente ao IFRS 3 – *Business Combinations*). Vide maiores detalhes nota explicativa 5.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards* – IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras--Continuação

b) Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As mensurações do valor justo são classificadas nas categorias níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, aos quais, a Companhia pode ter acesso na data de mensuração.

- Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.

- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas na nota explicativa nº 3. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente com os exercícios anteriores apresentados, salvo disposição em contrário.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Moeda estrangeira

a.1) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída nas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional é a moeda do principal ambiente econômico em que ela atua. A Companhia define a moeda funcional de cada uma de suas controladas analisando qual moeda influência significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte de seus custos operacionais e administrativos é paga ou incorrida, como segue:

País	Moeda funcional
Brasil	Real - R$
Estados Unidos da América	Dólar norte-americano - US$
Panamá	Balboa - PAB$
Colômbia	Peso colombiano - COP$

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda de apresentação do Grupo.

a.2) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos usando-se a taxa de câmbio nas datas dos balanços e as respectivas variações cambiais são registradas na demonstração do resultado, como despesa ou receita financeira, à medida em que ocorrem.

a.3) Controladas no exterior

Os resultados das operações e a posição financeira de todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

(i) Os saldos ativos e passivos são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço.

(ii) As contas de resultado são convertidas pela taxa média mensal de câmbio.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

(iii) Todos os ajustes resultantes de conversão cambiais são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Ajustes de conversão de balanço de controladas no exterior”, e acumulados no patrimônio líquido.

b) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando uma determinada empresa tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. O controle sobre uma entidade é obtido quando uma determinada empresa tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas definidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo foram totalmente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

As sociedades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Participação direta - %	Participação indireta - %	Participação direta - %	Participação indireta - %
IMC Puerto Rico Ltd. (Bermudas)	100,00	-	100,00	-
International Meal Company Panamá, S.A. (Panamá)	-	100,00	-	100,00
International Meal Company F&B Panamá, S.A. (Panamá)	-	100,00	-	100,00
IMC Airport Shoppes S.A.S. (Colômbia)	-	100,00	-	100,00
Pimenta Verde Alimentos Ltda. (Brasil)	99,99	0,01	99,99	0,01
Niad Restaurantes Ltda. (Brasil)	63,95	36,05	63,95	36,05
Centro de Serviços Frango Assado Norte Ltda. (Brasil)	91,30	8,70	89,08	10,92
Carvalho Pinto Automotivos e Conveniências Ltda. (Brasil)	-	-	99,99	0,01
Tob’s Lanches Sul Ltda. (Brasil)	99,99	0,01	99,99	0,01
Brivido Comércio de Alimentos Ltda. (Brasil)	99,99	0,01	99,99	0,01
MultiQSR Gestão de Restaurantes S.A (Brasil)	99,99	0,01	-	-
Multi PHSR Participações Ltda. (Brasil)	-	100,0	-	-
Multi KSR Participações Ltda. (Brasil)	-	100,0	-	-
PHSR Master Franquia Ltda. (Brasil)	-	100,0	-	-
PHSR Gestão de Restaurantes Ltda. (Brasil)	-	100,0	-	-
KSR Master Franquia Ltda (Brasil)	-	100,0	-	-
Inventure Restaurantes Ltda. (Brasil)	-	100,0	-	-

3. Principais práticas contábeis—Continuação

b) Base de consolidação--Continuação

	31/12/2019		31/12/2018	
	Participação direta - %	**Participação indireta - %**	**Participação direta - %**	**Participação indireta - %**
PHSR Campinas Barão Geraldo Restaurantes Ltda. (Brasil)	-	100,0	-	-
PHSR Campinas Chácara Primavera Restaurante Ltda.	-	100,0	-	-
Miller Fast Food Alimentos Ltda				
IMC Caribbean Holding Corp (Porto Rico)	-	100,00	-	100,00
Estados Unidos da América:				
IMCMV Holdings Inc.	100,00	-	100,00	-
IMCMV Atlantic City, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV Destin, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV Connecticut, LLC	-	-	-	100,00
IMCMV Key West Store, LLC	-	-	-	100,00
IMCMV Key West Cafe, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV MB Landshark, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV LV, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV Chicago, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV Panama City, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV Myrtle Beach, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV Nashville, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV Pigeon Forge, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV Orlando, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV Syracuse, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV MIA Airport, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV Management, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV Hospitality, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV Baltimore, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV Cleveland, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV San Antonio, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV Atlanta, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV Texas, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV Daytona, LLC	-	100,00	-	100,00
IMCMV New Orleans, LLC	-	100,00	-	50,00
IMCMV MOA, LLC	-	100,00	-	65,00
IMCMV WH, LLC	-	100,00	-	-
IMCMV Times Square, LLC	-	100,00	-	-
IMCMV Branson, LLC	-	100,00	-	-
Landshark Bayside, LLC	-	100,00	-	-
IMCMV LS Rivercenter, LLC	-	100,00	-	-
IMCMV LS Harbor Place, LLC	-	100,00	-	-
IMCMV LS at Barefoot Landing, LLC	-	100,00	-	-
IMCMV Bayside Restaurant, LLC	-	100,00	-	-
IMCMV Fan Hall, LLC	-	100,00	-	-
IMCMV New Orleans, LLC	-	100,00	-	100,00
"Joint venture":				
Universal City Restaurant Venture, LLC (*)	-	50,00	-	50,00

(*) Controlada em conjunto e classificada como "joint venture"

3. **Principais práticas contábeis**--Continuação

c) Combinação de negócios

Aquisições de controladas e negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição de negócios é calculado por meio da soma do valor justo dos ativos transferidos, dos passivos incorridos ou assumidos e das participações emitidas por uma das empresas do Grupo em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida que satisfazem as condições de reconhecimento do pronunciamento técnico CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios são contabilizados ao valor justo na data de aquisição.

O pronunciamento técnico CPC 15 (R1)/IFRS 3 altera o reconhecimento e a posterior contabilização de pagamentos contingentes. Anteriormente, os pagamentos contingentes eram apenas reconhecidos na data de aquisição se fossem prováveis e pudessem ser mensurados com segurança; eventuais ajustes posteriores eram sempre debitados ao custo de aquisição. Pela norma revisada, os pagamentos contingentes são mensurados ao valor justo na data de aquisição; ajustes posteriores são reconhecidos em contrapartida ao custo de aquisição apenas à medida que resultem de novas informações obtidas dentro do período de mensuração (máximo de 12 meses após a data de aquisição) sobre o valor justo na data de aquisição. Todos os ajustes posteriores aos pagamentos contingentes classificados como ativo ou passivo são reconhecidos no resultado.

O pronunciamento técnico CPC 15 (R1)/IFRS 3 exige que os custos relativos à aquisição sejam contabilizados separadamente da aquisição de negócios, o que geralmente faz com que esses custos sejam reconhecidos como despesa no resultado quando incorridos.

O ágio resultante da aquisição é reconhecido como um ativo e inicialmente mensurado pelo valor de custo, que é o excedente do custo da aquisição de negócios sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos. Se, após a reavaliação, a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida exceder o custo da aquisição de negócios, esse excedente será imediatamente reconhecido no resultado. Os ajustes do período de mensuração (que não pode exceder 12 meses após a data de aquisição) são decorrentes de informações adicionais obtidas sobre fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

Caso a contabilização inicial da aquisição de negócios esteja incompleta nas datas dos balanços em que a aquisição ocorreu, o Grupo apresenta valores provisórios para os itens cuja contabilização está incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração ou são reconhecidos ativos ou passivos adicionais, a fim de refletir novas informações obtidas sobre fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, caso fossem conhecidos, afetariam os valores reconhecidos naquela data.

3. **Principais práticas contábeis**--Continuação

d) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem nos valores em caixa, conta corrente bancária e aplicações financeiras de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos de curto prazo, prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Contas a receber e provisão para perdas

As contas a receber são registradas inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado. As provisões são constituídas com base nas perdas esperadas pela Administração.

As contas a receber oriundas de acordos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, contratualmente estabelecidos e calculados sobre os volumes de compra, as ações de marketing e a cessão de espaços para publicidade, entre outras modalidades.

f) Estoques

Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, à medida que tais custos são necessários para trazer os estoques à sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, quando necessário, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

g) Ativo Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. O ativo imobilizado adqurido numa combinação de negócios foi reconhecido ao valor justo de cada item de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 (R1)/IFRS 3.

As depreciações são calculadas pelo método linear ao longo da vida útil-econômica estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2019 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

3. Principais práticas contábeis—Continuação

g) Ativo Imobilizado--Continuação

Categoria	Vida útil (anos)
Edificações	25
Máquinas e equipamentos	9 a 20
Móveis e utensílios	9 a 20
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros *	8 a 10
Computadores, veículos e outros	3 a 7

*A amortização é mensurada pelo prazo contratual ou vida útil do bem, dos dois o menor.

h) Ativos intangíveis

Compreendem, principalmente, softwares adquiridos e desenvolvidos por terceiros e/ou internamente, fundo de comércio (direito de pontos comerciais), carteira de clientes, direitos de licenças de operação de "comissaria" ("catering"), contratos vantajosos de aluguel e marcas. Seu reconhecimento é o custo de aquisição, deduzido da amortização, e as eventuais perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software, são refletidos no resultado do exercício em que foram incorridos.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, nas datas dos balanços. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo são contabilizadas alterando o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação nas datas dos balanços ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida. Os ganhos ou as perdas, quando aplicável, resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

Os ativos intangíveis adquiridos numa combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo na data de aquisição.

3. Principais práticas contábeis—Continuação

h) Ativos Intangíveis--Continuação

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma aquisição de negócios são apresentados ao custo inicial reconhecido, menos amortizações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com a vida útil dos ativos, como segue:

Categoria	Vida útil (anos)
Software	5
Direitos de licenciamento*	5 a 10
Direitos de arrendamento*	5 a 27
Contratos de não concorrência*	10 a 12
Direitos sobre pontos comerciais*	20
Outras	10

*A amortização é mensurada pelo prazo contratual ou vida útil do bem, dos dois o menor.

i) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, o ágio é alocado a cada unidade geradora de caixa do Grupo que se beneficia das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio ou país. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata”, com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente.

Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

j) Perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Nas datas dos balanços, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de determinar a extensão da perda do valor recuperável (se houver). Quando não for possível estimar o valor recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

3. **Principais práticas contábeis**--Continuação

j) Perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio--Continuação

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de perda do valor recuperável, pelo menos, anualmente e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável é o valor justo menos os custos de alienação ou o valor em uso, dos dois o maior. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma atual avaliação do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o ativo ao qual a estimativa de fluxo de caixa futuro não foi ajustada.

Caso o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável, de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda por redução ao valor recuperável para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

k) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são registrados com base no lucro líquido anual de acordo com a legislação fiscal vigente na jurisdição de cada empresa consolidada. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis, em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente, por empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

3. Principais práticas contábeis—Continuação

k) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Impostos diferidos

Os efeitos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases tributáveis de ativos e passivos são diferidos e reconhecidos com relação ao imposto de renda e à contribuição social diferidos ativos, até o valor considerado razoável, de acordo com a sua realização esperada, conforme divulgado na nota explicativa nº 21.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado nas datas dos balanços e reduzido quando não for mais provável que haverá lucro tributável suficiente disponível para permitir que todo ou parte do ativo seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados às alíquotas aplicadas no exercício no qual o passivo for liquidado ou o ativo realizado, com base nas alíquotas (e na legislação tributária) vigentes, ou substantivamente vigentes, nas datas dos balanços. O cálculo dos passivos e ativos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da maneira pela qual o Grupo espera, nas datas dos balanços, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe um direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal circulante com o passivo fiscal circulante, estes estão relacionados ao imposto de renda aplicado pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar seus ativos e passivos fiscais circulantes de acordo com o seu valor líquido.

l) Direito de uso (“arrendamento”)

A NBC TG 06 (R3) / IFRS16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas informações contábeis de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios pela utilização do ativo. De acordo com a NBC TG 06 (R3) / IFRS 16, a Companhia reconhece no balanço patrimonial os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos contratos de arrendamentos.

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019

No início de um contrato, o Grupo conclui se um contrato é ou contém um arrendamento ao avaliar se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma contraprestação.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

l) Direito de uso ("arrendamento")—Continuação

Como arrendatário:

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento ("direito de uso") na data de início do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo dos contratos. A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, bruto de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados pagamentos antecipados de arrendamentos e provisões para restauração de lojas e são deduzidos incentivos recebidos de arrendadores., quando aplicável. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O ativo do direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo de vida útil do ativo do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento ("direito de uso") é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes na data de início do contrato descontados pela taxa de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. Baseado no histórico das últimas renovações, nos quais, os prazos e valores negociados diferem substancialmente dos contratos vencidos, a Companhia considera as renovações como um novo contrato, portanto não considera renovação no prazo.

Como arrendador:

Quando o Grupo atua como um arrendador, ele determina, no início do arrendamento, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou um arrendamento operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se esse for o caso, o arrendamento é um arrendamentos financeiro; se não, então é um arrendamento operacional.

Os contratos onde o Grupo é o arrendador foram classificados como arrendamentos operacionais e o Grupo reconheceu os arrendamentos recebidos como receita de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

3. **Principais práticas contábeis**--Continuação

l) Direito de uso ("arrendamento")—Continuação

Efeitos de transição

A Companhia aplicou o IFRS16/NBC TG 06 (R3) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com a NBC TG 06 (R2) e interpretações relacionadas.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o IFRS16/NBC TG 06 (R3), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, acrescidos dos pagamentos antecipados deduzidos dos incentivos recebidos dos arrendadores.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como com prazos de arrendamento inferiores a 12 meses. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não considerou custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando uma taxa incremental em 1º de janeiro de 2019 (taxa nominal) que reflete a taxa de captação da Companhia em condições de mercado. A taxa média ponderada aplicada foi de 10,19% a 12,68% ao ano, dependendo dos prazos dos contratos.

A aplicação dos critérios acima mencionados resultou no reconhecimento, em 1º de janeiro de 2019, de um ativo por direito de uso e um passivo de arrendamento ("direito de uso") no montante de R$405.398 (Consolidado). O detalhamento da composição dos saldos, a contabilização dos saldos iniciais, bem como sua movimentação para 31 de dezembro de 2019 estão demonstrados na Nota 15.

O passivo de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019 pode ser reconciliado com os compromissos de aluguel em 31 de dezembro de 2018 como segue:

Compromissos de arrendamento operacional em 31 dezembro de 2018	**686.188**
Exclusão do PIS e COFINS nos pagamentos futuros	(63.472)
Taxa desconto ponderada	11,99%
Contrato de arrendamento descontado em 1º de janeiro de 2019	**485.770**
Compromissos relativos a contratos de arrendamento de curto prazo, de ativos de baixo valor e variáveis	(80.372)
Passivos de arrendamento em 1º janeiro de 2019	**405.398**

3. Principais práticas contábeis--Continuação

l) Direito de uso ("arrendamento")—Continuação

Efeitos da adoção das Orientações Contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020

Com a emissão do referido Ofício e elucidação de alguns pontos controversos relacionados à adoção da nova norma, a Companhia revisou suas premissas de cálculo do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento ("direito de uso") e passou a considerar os fluxos de pagamentos futuros brutos dos potenciais créditos de PIS e COFINS potencial e continuou a descontá-los a uma taxa de juros incremental nominal. Essa metodologia está de acordo com o IFRS16/NBC TG 06 (R3). Os efeitos dessa alteração foram considerados prospectivamente como remensuração na movimentação dos saldos de arrendamentos.

O prazo dos contratos em que a Companhia possui arrendamento, variam de 2 (dois) a 25 (vinte e cinco) anos.

Os impactos em 31 de dezembro de 2019 do IFRS16/NBC TG 06 (R3) estão abaixo apresentados:

i. *Impactos nos Balanços Patrimoniais*

		Controladora			Consolidado		
31 de dezembro de 2019		**Conforme apresentado**	**Ajustes**	**Valores sem a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16**	**Conforme apresentado**	**Ajustes**	**Valores sem a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16**
Ativo							
Circulante		**181.709**	**-**	**181.709**	**556.279**	**-**	**556.279**
Não circulante		**1.498.867**	**(5.519)**	**1.493.348**	**2.129.371**	**(385. 042)**	**1.744.329**
Outros		159.125	-	159.125	403.648		403.648
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	17.509	-	17.509
Investimento		1.200.319	10.739	1.211.058	22.832	-	22.832
Intangível		123.165	-	123.165	1.300.340	-	1.300.340
Ativo de Direito de Uso	(a)	16.258	(16.258)	-	385.042	(385.042)	-
Total do Ativo		**1.680.576**	**(5.519)**	**1.675.057**	**2.685.650**	**(385.042)**	**2.300.608**

3. **Principais práticas contábeis**--Continuação

l) Direito de uso ("arrendamento")—Continuação

i. *Impactos nos Balanços Patrimoniais --Continuação*

		Controladora			Consolidado		
31 de dezembro de 2019		**Conforme apresentado**	**Ajustes**	**Valores sem a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16**	**Conforme apresentado**	**Ajustes**	**Valores sem a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16**
Passivo							
Circulante		**48.050**	**(4.942)**	**43.108**	**494.962**	**(92.060)**	**402.902**
Outros		43.108	-	43.108	402.902		402.902
Passivo de Arrendamento (Direito de uso)	(a)	4.942	(4.942)	-	92.060	(92.060)	-
Não Circulante		**487.420**	**(11.829)**	**475.591**	**1.045.582**	**(304.235)**	**741.347**
Outros		449.467	-	449.467	658.918	1.537	660.455
Imposto de renda e contribuição social diferidos		25.859	265	26.124	77.502	3.390	80.892
Passivo de Arrendamento (Direito de uso)	(a)	12.094	(12.094)	-	309.162	(309.162)	-
Patrimonio líquido		**1.145.106**	**11.253**	**1.156.359**	**1.145.106**	**11.253**	**1.156.359**
Outros		1.160.948	-	1.160.948	1.160.948	-	1.160.948
Prejuízos Acumulados	(b)	(15.842)	11.253	(4.589)	(15.842)	11.253	(4.589)
Total do Passivo		**1.680.576**	**(5.518)**	**1.675.058**	**2.685.650**	**(385.042)**	**2.300.608**

ii. *Impactos nas Demonstrações dos Resultados*

		Controladora			Consolidado		
31 de dezembro de 2019		**Conforme apresentado**	**Ajustes**	**Valores sem a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16**	**Conforme apresentado**	**Ajustes**	**Valores sem a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16**
Receita operacional líquida		147.492	-	147.492	1.603.262	-	1.603.262
Custos dos produtos vendidos		(103.892)	(26)	(103.918)	(1.090.557)	(2.130)	(1.092.687)
Despesas operacionais		(18.908)	(2.740)	(21.648)	(251.487)	(80.200)	(331.687)
Despesas gerais administrativas		(41.813)	(1.645)	(43.458)	(135.148)	(5.087)	(140.235)
Depreciação e amortização		(15.613)	3.390	(12.223)	(99.622)	68.368	(31.254)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(472)	-	(472)	17.070	-	17.070
Redução ao valor recuperável dos ativos		(1.098)	-	(1.098)	(3.877)	-	(3.877)
Resultado de equivalência patrimonial		33.993	10.739	44.732	9.778	-	9.778
Resultado financeiro		(16.489)	1.801	(14.688)	(57.378)	33.691	(23.687)
Imposto de renda e Contribuição Social		958	(267)	691	(7.883)	(3.390)	(11.273)
Prejuízo do exercício	(b)	**(15.842)**	**11.252**	**(4.590)**	**(15.842)**	**11.252**	**(4.590)**

3. Principais práticas contábeis--Continuação

l) Direito de uso ("arrendamento")—Continuação

iii. *Impactos nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa*

	Controladora			Consolidado		
31 de dezembro de 2019	**Conforme apresentado**	**Ajustes**	**Valores sem a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16**	**Conforme apresentado**	**Ajustes**	**Valores sem a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16**
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Prejuízo do período	(15.842)	11.253	(4.589)	(15.842)	11.253	(4.589)
Imposto de renda e contribuição social	(958)	267	(691)	7.883	3.390	11.273
Depreciação e amortização	16.371	-	16.371	79.004	-	79.004
Depreciação de direito de uso	3.874	(3.874)	-	70.403	(70.403)	-
Juros sobre arrendamentos ("Direito de uso")	1.801	(1.801)	-	33.691	(33.691)	-
Resultado de equivalência Patrimonial	(33.993)	(10.739)	(44.732)	(9.778)	-	(9.778)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento ("direito de uso")	(779)	779	-	(12.185)	12.185	-
Outros	(92.426)	-	(92.426)	17.688	-	17.688
Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades operacionais	**(121.952)**	**(4.115)**	**(126.067)**	**170.864**	**(77.266)**	**93.598**
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(4.916)**	-	**(4.916)**	**(110.620)**	**-**	**(110.620)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos						
Outros	140.839	-	140.839	77.782	-	77.782
Pagamento de passivo de Direito de uso ("arrendamento")	(4.117)	4.117	-	(79.724)	79.724	-
Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamentos	**136.722**	**4.117**	**140.839**	**(1.942)**	**79.724**	**77.782**
Efeito de variações cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**	**-**	**5.943**	**(2.458)**	**3.485**
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**9.854**	-	**9.854**	**64.245**	**-**	**64.245**
No inicio do exercício	130.228	-	130.228	268.561	-	268.561
No fim do exercício	140.080		140.080	332.806	-	332.806

(a) Refere-se ao reconhecimento de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento dos contratos de aluguéis definidos como arrendamento mercantil de acordo com IFRS 16 / CPC 06 (R2). Nota explicativa 15.

(b) O ajuste apresentado refere-se ao impacto no lucro líquido pela adoção da nova norma que altera a forma de contabilização dos contratos de locação classificados como arrendamento. Anteriormente o valor mínimo contratual de aluguel era contabilizado como despesa e a partir de 01 de janeiro de 2019 passaram a ser contabilizados como ativo e passivo ajustados a valor presente. Mensalmente o valor do ativo é depreciado conforme prazo contratual, o valor registrado na rubrica de despesas de depreciação. O valor do passivo é ajustado pelos juros incorridos, o valor registrado na rubrica de despesas financeiras. O montante variável referente aos contratos de locação, permanecem sendo registrados como despesa operacional.

3. **Principais práticas contábeis**--Continuação

m) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação presente, legal ou não formalizada, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação pode ser razoavelmente estimado.

O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

n) Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados a Companhia e quando possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

- Vendas em restaurantes e postos de combustíveis

Referentes às principais fontes de receitas do Grupo e consideradas sem obrigação subsequente de desempenho, as receitas são reconhecidas no momento do pagamento da compra pelo cliente, quando a mercadoria está entregue, aceita pelo cliente, e os riscos e benefícios relacionados à mercadoria foram transferidos.

- Royalties e prestação de serviços

A receita de prestação de serviço de gerenciamento e assessoria a franqueados somente é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços e quando os benefícios forem transferidos aos franqueados mediante aplicação de percentuais sobre as vendas mensais.

- Vendas realizadas nas operações de catering

Representadas pela preparação de refeições e abastecimento de aeronaves, o reconhecimento da receita só ocorre após o “aceite” do cliente, ocasião em que a mercadoria já foi entregue, bem como os seus riscos e benefícios foram transferidos e a Companhia cumpriu com a sua obrigação de desempenho.

o) Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação as demonstrações financeiras. O ajuste a valor presente, quando necessário, é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros explícita ou implícita.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações financeiras e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

3. **Principais práticas contábeis**--Continuação

p) Receita diferida

Registrada pelo Grupo como passivo por valores recebidos de parceiros comerciais pela preferência na compra de matéria-prima e cessão exclusiva de espaços para publicidade. É reconhecida no resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviços e/ou pela vigência dos acordos.

q) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas datas dos balanços, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

r) Patrimônio líquido

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do patrimônio líquido, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis é incluída no patrimônio líquido. Não são reconhecidas perdas nem ganhos resultantes de compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia.

As eventuais diferenças entre o valor contábil e a remuneração são reconhecidas como "Outras reservas de capital".

s) Apresentação do lucro por ação

Conforme o pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação, o lucro líquido deve ser apresentado como básico e diluído, conforme divulgado na nota explicativa nº 35.

t) Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno utilizado pelos tomadores de decisões operacionais.

u) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou nenhuma perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, na venda, na emissão ou no cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida como "Outras reservas de capital".

3. Principais práticas contábeis--Continuação

v) Pagamento baseado em ações

Reconhecido em contrapartida à uma despesa no resultado, pelo valor justo, durante o exercício no qual o direito é adquirido, após o atendimento a determinadas condições específicas.

w) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e/ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias comprometem-se a comprar ou vender o ativo.

Reconhecimento inicial

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras. Esses ativos foram classificados nas categorias de custo amortizado e ativos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Esses passivos foram classificados na categoria de custos amortizados.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

3. **Principais práticas contábeis**--Continuação

v) Instrumentos financeiros--Continuação

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados ("VJORA"); ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

v) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral); (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado); e (iii) expediente prático que correspondem a perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 90 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como swaps de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

3. Principais práticas contábeis—Continuação

x) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício, sendo apresentada pelo Grupo, conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras individuais, e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

y) Investimentos em "joint venture"

Operação em conjunto (ou joint venture) é um negócio em conjunto segundo o qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Por se tratar de uma "joint venture", a Companhia registra sua participação pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 19 (R2)/IFRS 11.

z) Pronunciamentos novos ou revisados com vigência a partir de 01/01/2019

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro – ICPC 22/ITG 22/IFRIC 23

A Interpretação referente a Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro ICPC 22/ITG 22/IFRIC 23 trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32/NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o Lucro) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos.

A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos separadamente e as suposições em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais sobre a determinação do lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

3. Principais práticas contábeis—Continuação

z) Pronunciamentos novos ou revisados com vigência a partir de 01/01/2019--Continuação

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro – ICPC 22/ITG 22/IFRIC 23--Continuação

A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às subsidiárias) serão aceitos pelas autoridades fiscais. Essa Interpretação não gerou impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4. Principais estimativas e julgamentos

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração do Grupo adotou as seguintes premissas no uso de estimativas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Perda do valor recuperável dos ativos

Nas datas dos balanços, o Grupo avalia se há indicativos de que os ativos intangíveis e os saldos de imobilizado possam ter sofrido perda de seu valor recuperável. Na existência de tais indicativos, estima-se o valor recuperável do ativo por meio da projeção do fluxo de caixa futuro desse ativo descontado a valor presente, a fim de determinar a extensão da perda, se aplicável. Quando não é possível avaliar o valor recuperável de um ativo individual, o Grupo estima o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

b) Imposto de renda e contribuição social

A cada data de balanço, a Administração calcula a estimativa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a legislação fiscal vigente na jurisdição de cada Companhia incluída nas demonstrações financeiras.

O Grupo revisa o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos nas datas dos balanços e reduz esse valor quando não for mais provável que haverá lucro tributável suficiente disponível para permitir que todo ou parte do ativo seja recuperado.

c) Provisão para perdas de crédito esperadas

A Administração avalia periodicamente a provisão e as perdas estimadas para perdas por redução ao valor recuperável, considerando, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira.

4. Principais estimativas e julgamentos –Continuação

d) Provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias

Disputas trabalhistas

A Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas que possuem natureza similar, ou seja, ações de conteúdo recorrente, oriundas, em geral, de autores reclamantes que ocuparam determinados cargos e funções e que deduzem pedidos baseados em ofensores comuns. Para as ações trabalhistas similares, portanto, entende-se que a melhor estimativa de risco de perda (e consequentemente da constituição da provisão) é avaliar o comportamento histórico de desempenho com base nas perdas efetivas em ações dessa natureza. Assim, a mensuração da provisão para disputas trabalhistas é obtida através da aplicação do percentual histórico de perdas sobre o valor total da causa (que representa a exposição máxima a que a Companhia está sujeita), informada para cada processo pelos assessores jurídicos da Companhia.

A mensuração da provisão para contingências trabalhistas considera a experiência e o histórico de perdas em causas trabalhistas dos últimos 5 (cinco) anos e é revisado no mínimo anualmente (vide maiores detalhes na nota nº19).

Disputas cíveis e tributárias

A provisão é mensurada com base na opinião dos assessores jurídicos, que avalia a probabilidade de perda e estima os valores prováveis de pagamento, para cada uma das ações individualmente.

5. Combinação de negócios

Em 31 de outubro de 2019 ocorreu a consumação e fechamento da incorporação de ações de emissão da MultiQSR Gestão de Restaurantes S.A. (“MultiQSR”) pela Companhia (“Incorporação”), conforme aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de agosto de 2019.

Na data da aquisição (31 de outubro de 2019), a MultiQSR, por meio de suas controladas, possuía: (a) 13 restaurantes próprios do sistema Pizza Hut no Brasil, além de deter o direito de, em caráter de exclusividade, operar e subfranquear restaurantes do sistema Pizza Hut no Brasil; e (b) 20 restaurantes próprios do sistema KFC no Brasil, além de deter o direito de, em caráter de exclusividade, operar e subfranquear restaurantes do sistema KFC no Brasil. No Brasil, entre restaurantes próprios e subfranqueados, havia 180 restaurantes do sistema Pizza Hut e 46 restaurantes do sistema KFC. O contrato de exclusividade também permite à MultiQSR a abertura de um determinado número de novos restaurantes.

5. **Combinação de negócios**--Continuação

O valor da transação foi de R$ 216.883 equivalente à 29.387.930 ações ordinárias de emissão da Companhia, que foram transferidas à Família Martins e valorizadas pelo valor de mercado da ação da Companhia em 31 de outubro de 2019.

Em conformidade com o NBC TG 15 (R4) / IFRS 3 - Combinação de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

	Valor justo na data da aquisição
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	22.630
Contas a receber	4.711
Estoques	5.563
Imobilizado	35.856
Intangíveis	289.909
Acordo de não competição	976
Contrato master franqueadora	275.631
Contrato master subfranqueadora	7.670
Luvas comerciais	5.257
Software	375
Ativo de Direito de uso	30.232
Outros ativos	5.722
Total do ativo	**394.623**
Passivo	
Fornecedores	84.368
Salarios e encargos	13.139
Empréstimos e financiamentos	87.854
Contingências	69.922
Receitas diferidas	20.774
Passivo de arrendamento(“direito de uso”)	31.519
Demais passivos	29.867
Total do passivo	**337.443**
Total do ativo líquido	**57.180**
Valor justo da contraprestração paga	**216.883**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	**159.703**

O ajuste a valor justo é composto substancialmente de ativos intangíveis líquidos identificados e alocados como contrato de máster franqueadora, contrato de subfranqueados, acordo de não competição e luvas comerciais.

A vida útil estimada para amortização dos contratos de master franqueadora e de subfranqueados é de até 20 anos. As luvas comerciais serão amortizadas pelo prazo contratual em um período de 5 a 10 anos.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado na operação é de R$159.703.

Os custos relacionados com essa combinação foram de R$16.030 e estão reconhecidos em depesas gerais e administrativas (Nota 27).

5. Combinação de negócios--Continuação

A receita líquida e o prejuízo das operações do negócio adquirido, adicionados ao resultado do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, são de R$35.511 e R$4.361, respectivamente. Caso essa aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2019, e a receita liquida e o prejuízo do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 teriam sido aumentados em R$138.155 e R$171.293, respectivamente.

Mensuração de valor justo

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Estoques	Valor justo dos estoques de alimentos apurado com base na margem (mark-up) de 31/10/2019
Imobilizado	Valor justo do imobilizado apurados com base método comparativo direto de dados de mercado e método de custos
Contrato master franqueadora	Valor justo apurado com base no método do lucro "*relief from royalty*". Apuramos o valor futuro dos royalties necessários para manutenção do contrato e descontamos o fluxo de caixa dos royalties pós impostos a valor presente.
Base de franqueados e restaurantes próprios	Método de lucro: Fluxo de caixa descontado (Within/Without). Projeções de fluxo de caixa utilizaram de cenário prevendo a existência da base de restaurantes próprios e franqueados e, também, a não existência de base de restaurantes próprios e franqueados, afetando volume, preço de venda e margens.
Cláusula não competição	Método de lucro: Fluxo de caixa descontado (Within/Without). Foram utilizadas 2 projeções para cálculo do fluxo de caixa descontado. Projeção A: considerando a existência de cláusula de não competição. Projeção B: considerando a inexistência de cláusula de não competição, afetando volume, preço de venda e margens

5. Combinação de negócios—Continuação

Mensuração de valor justo--Continuação

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Luvas de Pontos Comerciais	Método de comparação de mercado. Comparar os valores de luvas contratados e vigentes com os preços praticados no mercado na data de 31/10/2019
Contingências	Riscos identificados em due diligence
Multa transferência dos contratos de aluguel em shoppings (considerada em demais passivos)	Riscos identificados em due diligence

6. Informações por segmento

As informações reportadas ao principal tomador de decisões operacionais do Grupo e para fins de alocação de recursos e avaliação do desempenho do segmento, são focadas mais especificamente nas categorias de clientes para cada tipo de mercadoria e serviço. As principais categorias de clientes para essas mercadorias e serviços são restaurantes em shopping centers, aeroportos e rodovias. Cada um desses segmentos operacionais é administrado separadamente, considerando que cada uma dessas linhas de produto exige recursos diferentes, incluindo abordagens de marketing diferenciadas. Refeições e serviços correlatos são considerados os principais produtos da Companhia.

O principal tomador de decisões operacionais avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base no lucro operacional antes dos efeitos da depreciação e amortização, dos juros e dos impostos sobre a renda.

Portanto, os segmentos de reporte do Grupo, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 8 - Informações por segmentos, são os seguintes:

- Shopping centers: refeições em cadeias de restaurantes e cafeterias em shopping centers no Brasil e Caribe prestação de serviços aos franqueados das marcas KFC e Pizza Hut.

- Aeroportos: fornecimento de refeições em restaurantes e cafeterias e para companhias aéreas (“catering”) no Brasil e Caribe.

- Rodovias: praças de alimentação em postos de serviços e cadeias de restaurantes localizadas em rodovias, além de ven da de combustíveis para veículos.

- *Estados Unidos da América*: refeições em restaurantes em mercados cativos nos Estados Unidos da América e produtos de consumo no varejo.

6. **Informações por segmento**--Continuação

- *Outros:* incluem os gastos corporativos não alocáveis diretamente a cada um dos segmentos de negócios apresentados.

	Shopping centers	Aeroportos	Rodovias	Estados Unidos da América	Outros	Total
31 de dezembro de 2019:						
Receita líquida de clientes	**297.657**	**341.534**	**513.685**	**450.386**	**-**	**1.603.262**
Resultado operacional*	**22.244**	**70.456**	**65.532**	**64.339**	**(17.309)**	**205.262**
Depreciação e amortização	**(18.662)**	**(28.111)**	**(16.584)**	**(18.948)**	**(39)**	**(82.344)**
Amortização - sobre dirreito de uso	**(17.753)**	**(27.553)**	**(8.184)**	**(16.131)**	**-**	**(69.621)**
Redução do valor recuperável de ativo imobilizado e ativo intangíveis	**(2.779)**	**(1.098)**	**-**	**-**	**-**	**(3.877)**
Resultado financeiro	**(51)**	**(35.945)**	**(8.819)**	**(12.258)**	**(304)**	**(57.377)**
Crédito (despesa) de imposto de renda	**(1.220)**	**(3.579)**	**(1.182)**	**(1.902)**	**-**	**(7.883)**
31 de dezembro de 2018:						
Receita líquida de clientes	283.179	376.483	483.442	438.977	-	1.582.081
Resultado operacional*	(6.470)	60.420	30.819	44.774	(18.428)	111.115
Depreciação e amortização	(15.229)	(27.198)	(15.838)	(21.590)	(66)	(79.921)
Redução do valor recuperável de ativo imobilizado e ativo intangíveis	(4.823)	-	(1.206)	-	-	(6.029)
Resultado financeiro	1.623	(12.336)	(534)	(6.655)	460	(17.442)
Crédito (despesa) de imposto de renda	(5.227)	(9.845)	(2.335)	17.578	-	171

(*) Excluídos os efeitos da depreciação e da amortização.

A reconciliação do resultado operacional, ao lucro líquido do exercício, é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Reconciliação do lucro líquido do exercício:		
Resultado operacional dos segmentos de reporte, excluídos os efeitos da depreciação e amortização	**222.572**	129.543
Resultado operacional de outros segmentos, excluídos os efeitos da depreciação e amortização	**(17.311)**	(18.428)
	205.261	111.115
Depreciação e amortização	**(82.344)**	(79.921)
Amortização - sobre dirreito de uso	**(69.621)**	-
Redução do valor recuperável dos ativos	**(3.877)**	(6.029)
Resultado financeiro	**(57.378)**	(17.442)
Imposto de renda e contribuição social	**(7.883)**	171
Lucro líquido do exercício	**(15.842)**	7.894

6. Informações por segmento--Continuação

O total dos ativos da Companhia demonstrado por segmento de negócio é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Shopping centers	**898.845**	368.172
Aeroportos	**728.928**	464.777
Rodovias	**559.039**	427.338
Estados Unidos da América	**496.088**	371.394
Subtotal	**2.682.900**	1.631.681
Ativos não alocados aos segmentos	**2.748**	6.801
	2.685.648	1.638.482

a) Divulgações no âmbito da Companhia

Informações geográficas

O Grupo opera nas seguintes áreas: Brasil, Caribe (Colômbia e Panamá) e Estados Unidos da América. As informações por segmento das vendas do Grupo por mercado geográfico com base na localização de seus clientes, independentemente da origem dos bens/serviços, são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida:		
Brasil	**961.633**	952.042
Caribe	**191.243**	191.062
Estados Unidos da América	**450.386**	438.977
	1.603.262	1.582.081

b) Informações sobre os principais clientes

O Grupo não tem clientes, nem conjunto de clientes, sob controle comum que respondam por mais de 10% de sua receita.

7. Instrumentos financeiros

a) Gestão do capital

A Administração do Grupo gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade normal dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novas lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além da aquisição de outras entidades.

A estrutura de capital do Grupo consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, derivativos de "*swap*" de variação cambial de dívida, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, incluindo capital social e lucros acumulados.

O Grupo pode mudar a forma e a estrutura do capital, dependendo da economia, com o objetivo de otimizar sua alavancagem financeira. Além disso, a Administração analisa periodicamente a estrutura do capital e sua capacidade de liquidar seus passivos tomando as providências adequadas, quando necessário, para equalizar o endividamento e a liquidez do Grupo.

b) Categorias de instrumentos financeiros

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado nas demonstrações financeiras da Companhia se aproximam dos valores justos, já que são instrumentos de curto prazo ou indexados à variação do CDI no caso dos principais ativos financeiros ou indexados à taxa de juros LIBOR no caso dos principais passivos financeiros. O Grupo realizou operações com derivativos de "*swap*" que são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira em certos empréstimos, visando à manutenção do equilíbrio da estrutura de capital. Os principais instrumentos financeiros são distribuídos da seguinte forma:

	Valor contábil e valor justo			
	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Ativos financeiros				
Contas a receber e recebíveis reconhecidos ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	**140.081**	130.228	**332.806**	268.561
Aplicações financeiras (não circulante)	**-**	-	**-**	20
Instrumento financeiro de "*swap*" de variação cambial (item f)	**-**	-	**149**	93
Contas a receber	**16.279**	17.215	**64.281**	82.814
Contas a receber de partes relacionadas	**128.285**	20.215	**2.535**	-
	284.645	167.658	**399.771**	351.488

7. **Instrumentos financeiros**--Continuação

b) Categorias de instrumentos financeiros --Continuação

	Valor contábil e valor justo			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Passivos financeiros				
Passivos financeiros reconhecidos ao custo amortizado:				
Fornecedores	**14.568**	14.847	**188.097**	80.980
Empréstimos e financiamentos	**395.274**	149.397	**561.672**	297.708
Contas a pagar de partes relacionadas	**51.059**	59.542	**3.080**	-
Parcelamento de aquisições de empresas	**-**	-	**41.558**	36.710
	460.901	223.786	**794.407**	415.398

c) Liquidez

A gestão de liquidez implica manter recursos financeiros, como caixa, títulos, valores mobiliários e linhas de crédito disponíveis, suficientes para gerir a capacidade de liquidação de compromissos.

A Administração monitora o nível de liquidez do Grupo considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

A seguir, está detalhado o vencimento contratual remanescente do Grupo para seus ativos e passivos financeiros com prazos de amortização acordados. Os quadros foram preparados considerando os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo possa ser obrigado a efetuar o pagamento ou ter o direito de recebimento. Na medida em que os fluxos de juros são flutuantes, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de taxa de juros no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019. Dessa forma, os saldos apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

	Taxa de juros média efetiva ponderada - %	**Controladora**					
		Menos de 1 mês	**1 a 3 meses**	**3 meses a 1 ano**	**1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
31 de dezembro de 2019:							
Fornecedores	-	**(14.167)**	**(366)**	**(14)**	**(21)**	**-**	**(14.568)**
Contas a receber	-	**15.141**	**403**	**(41)**	**776**	**-**	**16.279**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7,60%	**-**	**-**	**(12.878)**	**(276.965)**	**(216.712)**	**(506.555)**
Passivo de arrendamento (“direito de uso”)	11,99%	**(461)**	**(1.384)**	**(3.690)**	**(12.529)**	**(1.015)**	**(19.079)**

7. **Instrumentos financeiros**--Continuação

c) Liquidez--Continuação

	Taxa de juros média efetiva ponderada - %	Consolidado					
		Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2019:							
Fornecedores	-	**(138.923)**	**(39.389)**	**(7.580)**	**(2.205)**		**(188.097)**
Contas a receber	-	**52.245**	**6.478**	**2.351**	**3.207**	**-**	**64.281**
Instrumento financeiro derivativo de "swap" de variação cambial (item f)	9,25%	**-**	**-**	**159**	**-**	**-**	**159**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7,24%	**(1.360)**	**(6.789)**	**(42.124)**	**(423.274)**	**(216.712)**	**(690.259)**
Passivo de arrendamento ("direito de uso")	9,06%	**(8.592)**	**(25.775)**	**(68.732)**	**(284.596)**	**(62.476)**	**(450.171)**
Parcelamento de aquisições de empresas	5,75%	**-**	**(1.665)**	**(6.904)**	**(24.632)**	**-**	**(33.201)**

d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas financeiras. As vendas do Grupo são efetuadas substancialmente por meio de pagamentos, principalmente cartões de crédito e débito, reduzindo substancialmente os riscos de inadimplência. Parte das vendas relativas à "comissaria" é efetuada para empresas aéreas, cuja capacidade de crédito é monitorada. Como resultado dessa gestão, as perdas esperadas foram registradas na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9.

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios, principalmente representados por caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Administração considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, consideradas pelo mercado brasileiro como de primeira linha.

e) Risco de taxa de câmbio

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16, o Grupo contratou empréstimo em dólar norte-americano (US$) mais "*spread*" de 4,05% a 4,81% ao ano, com um instrumento de "*swap*" classificado como nível 2, firmado no mesmo momento e com a mesma instituição financeira, convertendo essa dívida integralmente a um indexador (Certificado de Depósito Interbancário - CDI) mais "*spread*" de 2,35% a 3,0% ao ano.

7. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Risco de taxa de câmbio–Continuação

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, em razão desse instrumento financeiro, os seguintes resultados foram apurados:

	31/12/2019	31/12/2018
Valor notional em dólar norte-americano - US$ mil	**4.596**	4.528
Taxa média das contratações - real - R$	**3,81**	3,87
Valor nocional em reais - R$	**17.510**	17.510
Posição ativa (comprada)		
Dólar norte-americano - US$ mil - mais juros de 4,05% a 4,81% ao ano	**149**	93
Posição passiva (vendida)		
Taxa de CDI mais juros de 1,75% a 3,0% ao ano	**(16)**	(24)
Saldos de instrumentos financeiros derivativos	**133**	69

f) Risco de taxa de juros

O Grupo possui empréstimos e contratos de dívida em dólares norte-americanos (US$), em pesos colombianos (COP) e em reais (R$), indexados à LIBOR (taxa de longo prazo), à IBR Indicador Bancário de Referência e ao CDI (taxa de depósito interbancário). Há um risco inerente nesses passivos decorrente da flutuação normal de taxas nos mercados em que foram contratados.

O Grupo não possui nenhum contrato de derivativo para mitigar esse risco, visto que, na opinião da Administração, não há risco significativo de flutuação abrupta dessas taxas de juros.

Análise de sensibilidade

Para efetuar a análise de sensibilidade da taxa de juros incidente sobre os empréstimos contratados e outras obrigações, o Grupo utiliza para um cenário provável a taxa de mercado obtida em bolsas brasileiras e considera um acréscimo dessa taxa de 25% e 50% nos cenários I e II, respectivamente. Os resultados para 12 meses são apresentados a seguir:

	Consolidado		
	Provável	**Cenário I**	**Cenário II**
"*Swap*" (ao ano) - CDI mais juros de 3,1% ao ano	8,94%	10,43%	11,91%
Encargos estimados	235	275	314
Debentures - CDI mais juros de 1,15% a 1,60% ao ano	7,29%	10,26%	10,26%
Encargos estimados	29.702	35.755	41.808
LIBOR 30 dias mais juros de 1,95%	3,70%	4,14%	4,58%
Encargos estimados	2.332	2.608	2.884

7. Instrumentos financeiros--Continuação

f) Risco de taxa de juros–Continuação

	Consolidado		
	Provável	**Cenário I**	**Cenário II**
LIBOR 180 dias mais juros de 3,40% a 4,05% ao ano	5,30%	5,78%	6,25%
Encargos estimados	2.600	2.833	3.066
IBR (ao ano) mais juros de 3,70% ao ano	7,95%	9,01%	10,07%
Encargos estimados	894	1.014	1.134

g) Índices de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Dívida (i)	**395.274**	149.397	**561.672**	297.707
Instrumento financeiro derivativo de "*swap*" de variação cambial	**-**	-	**(149)**	(93)
Parcelamento de aquisições de empresas	**-**	-	**41.558**	36.710
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	**(140.081)**	(130.228)	**(332.806)**	(268.561)
Dívida (ativo) líquida	**255.193**	19.169	**270.275**	65.763
Patrimônio líquido (ii)	**1.145.106**	1.015.218	**1.145.106**	1.015.218
Índice de endividamento líquido	**0,223**	0,019	**0,236**	0,065

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 16.
(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Caixa	**246**	260	**5.705**	8.287
Bancos	**1**	5	**108.289**	79.382
Aplicações financeiras	**139.834**	129.963	**218.812**	180.892
	140.081	130.228	**332.806**	268.561

A composição das aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

				Controladora	
Operações	**Rentabilidade média**	**Liquidez**	**País**	**31/12/2019**	31/12/2018
Certificado de depósito bancário	98,5% a 101,5% do CDI	Imediata	Brasil	**136.392**	127.290
Aplicação automática	30% a 60% do CDI	Imediata	Brasil	**3.036**	2.673
Outros	80% a 100% do CDI	Imediata	Brasil	**406**	-
				139.834	129.963

8. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

				Consolidado	
Operações	**Rentabilidade média**	**Liquidez**	**País**	**31/12/2019**	31/12/2018
Certificado de depósito bancário	60% a 101,5% do CDI	Imediata	Brasil	180.952	152.490
Letra de arrendamento mercantil	101,5% do CDI	Imediata	Brasil	13.675	14.759
Aplicação automática	30% a 60% do CDI	Imediata	Brasil	6.536	5.886
Aplicação automática	7,41% a.a.	Imediata	Colômbia	11.336	4.074
Outros	70% a 90% do CDI	Imediata	Brasil	6.313	3.683
				218.812	180.892

9. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Meios de pagamento (cartões de crédito e débito e vale-refeição)	**686**	1.042	**13.066**	38.603
Clientes	**17.882**	15.830	**38.152**	34.417
Verbas e acordos comerciais	**1.311**	4.030	**12.871**	13.562
Contas a receber franqueados (*)	**-**	-	**19.246**	-
Outras	**150**	157	**374**	363
	20.029	21.059	**84.709**	86.945
Provisão para perdas de crédito esperadas	**(3.750)**	(3.844)	**(19.428)**	(4.131)
	16.279	17.215	**64.281**	82.814
Circulante	**15.503**	14.711	**62.905**	78.907
Não-Circulante	**776**	2.504	**1.376**	3.907
	16.279	17.215	**64.281**	82.814

(*) A partir da aquisição das operações da Multi QSR, incluem valores a receber dos franqueados das marcas KFC e Pizza Hut, principalmente relacionados com taxas de franquia calculadas com base em percentuais sobre as vendas das lojas franqueadas.

O saldo da rubrica “Contas a receber”, antes da dedução da provisão para perdas de crédito esperadas, está expresso nas seguintes moedas locais de cada país onde o Grupo opera:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Em reais - R$	**59.270**	64.076
Em dólares norte-americanos - US$ (*)	**11.846**	9.799
Em balboas - PAB$ (*)	**1.006**	766
Em pesos colombianos - COP$ (*)	**11.587**	12.304
	83.709	86.945

(*) Os saldos apresentados em moedas estrangeiras referem-se a contas a receber nos respectivos países de origem; portanto, não há variação cambial entre a receita reconhecida e o respectivo saldo a receber lançada nas demonstrações dos resultados.

9. **Contas a receber**--Continuação

O saldo da rubrica "Clientes" refere-se principalmente a recebíveis de companhias aéreas. As contas a receber são compostas por recebíveis a vencer e vencidos, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
A vencer	**14.593**	16.777	**55.230**	79.539
Vencidos:				
Até 30 dias	**1.583**	2.201	**6.861**	5.091
De 31 a 60 dias	**103**	1.352	**5.400**	1.478
De 61 a 90 dias		632	**3.479**	691
Mais de 90 dias	**3.750**	97	**12.739**	146
Provisão para perdas de crédito esperadas	**(3.750)**	(3.844)	**(19.428)**	(4.131)
	16.279	17.215	**64.281**	82.814

(*)Em 10 de dezembro de 2018, a OceanAir Linhas Aéreas ("Avianca Brasil") entrou com pedido de recuperação judicial, o qual foi aceito pela justiça em 13 de dezembro de 2018. Nesta mesma data, a Companhia possuía títulos a receber (ainda não vencidos à época) da Avianca Brasil no montante de R$3.748 na controladora e de R$4.068 no consolidado e decidiu registrar provisã para perdas.

Conforme descrito na nota explicativa nº16, o Grupo ofereceu recebíveis de operadoras de cartões de crédito e débito como garantia de empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a receber relativo a essa garantia é de R$1.829 (R$10.155 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado. As condições dessas operações incluem, principalmente, oferecer aos bancos como garantia os créditos presentes e futuros originados nas vendas realizadas com cartões de crédito e débito até o limite da dívida. Essa garantia pode ser executada pelos bancos em caso de inadimplência do empréstimo ou financiamento.

Provisão para perdas de crédito esperadas

A movimentação é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Saldo no início do exercício	**(3.844)**	(138)	**(4.131)**	(859)
Adições	**(6)**	(3.958)	**(173)**	(4.384)
Adições por combinação de negócios	**-**	-	**(15.068)**	
Reversões e baixas	**100**	252	**55**	1.038
Variação cambial	**-**	-	**(111)**	74
Saldo no fim do exercício	**(3.750)**	(3.844)	**(19.428)**	(4.131)

Verbas e acordos comerciais

Esses valores são definidos em contratos ou acordos e incluem descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares.

O Grupo não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo e considera irrelevante o efeito de tais ajustes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Alimentos e bebidas	**3.138**	1.910	**29.512**	20.023
Combustíveis e acessórios para veículos	**-**	-	**5.834**	5.556
Produtos não alimentícios e "*souvenirs*" para revenda	**-**	-	**9.009**	8.286
Suprimentos e utensílios	**1.195**	603	**9.948**	5.587
Estimativa para perdas nos estoques	**(303)**	(102)	**(1.101)**	(1.710)
	4.030	2.411	**53.202**	37.742

Em 31 de dezembro de 2019, o custo total dos estoques vendidos, lançados na rubrica "Custo de vendas e serviços" totaliza R$38.506 (R$42.529 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R$564.973 (R$549.490 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado (Vide nota 30).

A movimentação para perda nos estoques é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Saldo Inicial	**(102)**	(95)	**(1.710)**	(1.598)
Adições	**82**	(85)	**(16.302)**	(2.841)
Reversões	**(283)**	78	**16.820**	2.845
Variação cambial	**-**	-	**91**	(116)
Saldo Final	**(303)**	(102)	**(1.101)**	(1.710)

11. Tributos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social antecipados	**-**	-	**11.520**	10.835
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	**7.055**	5.876	**13.988**	9.776
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS(*)	**12.727**	12.817	**63.091**	40.592
Outros	**317**	115	**1.661**	455
	20.099	18.808	**90.260**	61.658

(*) Durante o quarto trimestre de 2019, a Companhia e certas controladas obtiveram decisão definitiva favorável transitada em julgado em processo conjunto, no qual discutiam o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi ajuizado no ano de 2015, garantindo o direito do reconhecimento do crédito tributário desde o período prescricional em 2010. O montante registrado para este processo foi de R$5.391 na controladora, sendo R$3.397 de principal e R$1.993 de atualização monetária e R$18.384 no consolidado, sendo R$11.567 de principal e R$6.817 de atualização monetária.

A compensação dos referidos créditos com outros impostos federais ocorrerá tão longo a Companhia e certas controladas obtenham a homologação via procedimento administrativo perante a Receita Federal do Brasil.

12. Investimentos

Informações das controladas

As informações financeiras resumidas relativas a cada uma das controladas nas quais a Companhia possui participações estão apresentadas a seguir, antes das eliminações de transações entre as empresas do Grupo:

a) 31 de dezembro de 2019

Controladas diretas	Participação - %	Total dos ativos	Total dos passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Receita	Equivalência patrimonial*
IMCMV Holdings Inc.	100,00	496.088	(246.903)	(249.185)	13.248	450.386	13.248
IMC Puerto Rico Ltd. (Caribe)	100,00	304.574	(162.857)	(141.717)	2.602	191.243	2.602
Tob's Lanches Sul Ltda. (Brasil)	99,99	1.388	(514)	(874)	32	-	32
Pimenta Verde Alimentos Ltda. (Brasil)	99,99	871.587	(370.552)	(501.035)	6.501	488.734	6.501
Niad Restaurantes Ltda. (Brasil)	63,95	110.677	(49.490)	(61.187)	1.727	43.571	1.104
Centro de Serviços Frango Assado Norte Ltda. (Brasil)	91,30	109.732	(48.092)	(61.640)	4.236	231.296	4.508
Multi QSR Gestão de Restaurantes S.A. (Brasil)	99,99	51.951	(217.846)	165.895	(4.359)	-	(4.359)
Total		**1.945.997**	**(1.096.254)**	**(849.743)**	**23.987**	**1.405.230**	**23.636**

* Saldo líquido dos juros sobre capital próprio pagos à controladora pela: (i) Pimenta Verde Alimentos Ltda. no total de R$6.572 (R$5.586, se líquido do imposto de renda retido na fonte); (ii) Niad Restaurantes Ltda. no total de R$1.125 (R$956, se líquido do imposto de renda retido na fonte); e (iii) Centro de Serviços Frango Assado Norte Ltda. no total de R$2.660 (R$2.261, se líquido do imposto de renda retido na fonte.

b) 31 de dezembro de 2018

Controladas diretas	Participação - %	Total dos ativos	Total dos passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Receita	Equivalência patrimonial *
IMCMV Holdings Inc.	100,00	371.953	(87.679)	(226.052)	32.464	438.977	32.464
IMC Puerto Rico Ltd. (Caribe)	100,00	247.460	(76.812)	(132.035)	(8.359)	191.062	(8.359)
Tob's Lanches Sul Ltda. (Brasil)	99,99	5.009	(424)	(4.585)	(349)	-	(349)
Pimenta Verde Alimentos Ltda. (Brasil)	99,99	633.523	(138.989)	(494.535)	(22.941)	501.135	(22.941)
Niad Restaurantes Ltda. (Brasil)	63,95	96.370	(36.911)	(59.459)	(3.370)	50.334	(2.154)
Centro de Serviços Frango Assado Norte Ltda. (Brasil)	89,08	66.825	(19.839)	(46.986)	3.112	187.152	2.803
Carvalho Pinto Automotivos e Conveniências Ltda. (Brasil)	99,99	14.278	(4.526)	(9.753)	64	22.262	64
Centro de Serviços Frango Assado Sudoeste Ltda. (Brasil)	-	-	-	-	(1.398)	9.219	(1.398)
Centro de Serviços Frango Assado Suleste Ltda. (Brasil)	-	-	-	-	(78)	920	(78)
Total		**1.435.418**	**(365.180)**	**(973.405)**	**(855)**	**1.401.061**	**52**

12. Investimento--Continuação

c) Movimentação dos investimentos em controladas--Continuação

A movimentação dos investimentos em controladas apresentada nas demonstrações financeiras individuais, é demonstrada como segue:

	Tob's	Pimenta Verde e Niad	Postos de Combustíveis	IMC EUA	IMC Caribe	Multi QSR	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**4.983**	**553.407**	**50.507**	**165.929**	**150.346**	**-**	**925.172**
Resultado de equivalência patrimonial	(349)	(25.095)	1.393	32.463	(8.360)	-	52
Redução de investimento					(18.062)	-	(18.062)
Ajustes de conversão	-	-	-	27.660	8.111	-	35.771
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**4.634**	**528.312**	**51.900**	**226.052**	**132.035**	**-**	**942.933**
Resultado de equivalência patrimonial	**32**	**15.302**	**7.168**	**13.248**	**2.602**	**(4.359)**	**33.993**
Juros sobre o capital próprio recebidos	**-**	**(7.697)**	**(2.660)**	**-**	**-**	**-**	**(10.357)**
Aquisição de empresa (i)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**216.883**	**216.883**
Ajustes de conversão	**-**	**-**	**-**	**9.810**	**7.057**	**-**	**16.867**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**4.666**	**535.917**	**56.408**	**249.110**	**141.694**	**212.524**	**1.200.319**

(i) Inclui R$ 218.709 relativo aos ajustes ao valor justo nos ativos adquiridos e passivos assumidos e R$ 159.703 relativo ao ágio, identificados após o processo de alocação do preço de compra, líquido do patrimônio líquido da adquirida no valor de R$ 165.895.

A movimentação dos investimentos em controlada em conjunto ("*joint venture*"), apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	Margaritaville (Orlando)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	25.116
Resultado de equivalência patrimonial (*)	6.866
Recebimento de dividendos	(11.706)
Ajustes de conversão de controladas em conjunto no exterior	3.978
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.254
Resultado de equivalência patrimonial (*)	**9.778**
Recebimento de dividendos	**(11.900)**
Ajustes de conversão de controladas em conjunto no exterior	**700**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**22.832**

(*) Equivalência patrimonial líquida da amortização de investimento em "*joint venture*" incorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$2.462 (R$2.281 em 31 de dezembro de 2018). O investimento é amortizado, uma vez que a "*joint venture*" possui prazo de encerramento determinado.

13. Imobilizado

A movimentação do imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foi a seguinte:

	Controladora			
	Saldos em 31/12/2018	**Adições, líquidas de reversões (*)**	**Transferência, baixas e outros**	**Saldos em 31/12/2019**
Custo				
Máquinas e equipamentos	23.961	-	1.443	**25.404**
Móveis e utensílios	7.552	-	356	**7.908**
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	26.800	-	3.329	**30.129**
Computadores, veículos e outros	26.334	-	(471)	**25.863**
Obras e instalações em andamento	807	5.789	(6.116)	**480**
Total do custo	85.454	5.789	(1.459)	**89.784**
Depreciação				
Máquinas e equipamentos	(17.481)	(1.643)	57	**(19.067)**
Móveis e utensílios	(6.140)	(613)	42	**(6.711)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(16.262)	(1.744)	19	**(17.987)**
Computadores, veículos e outros	(21.903)	(1.826)	1.018	**(22.711)**
Total da depreciação	(61.786)	(5.826)	1.136	**(66.476)**
Provisão de redução do valor recuperável dos ativos				
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	-	-	-	
Computadores, veículos e outros	-	(408)	-	**(408)**
Total da provisão	-	(408)	-	**(408)**
Total líquido	23.668	(445)	(323)	**22.900**

13. Imobilizado—Continuação

	Controladora				
	Saldos em 31/12/2017	**Adições, líquidas de reversões (*)**	**Utilizações**	**Transferência, baixas e outros**	**Saldos em 31/12/2018**
Custo					
Máquinas e equipamentos	23.324	-	-	637	**23.961**
Móveis e utensílios	7.492	-	-	60	**7.552**
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	27.611	-	-	(811)	**26.800**
Computadores, veículos e outros	24.663	-	-	1.671	**26.334**
Obras e instalações em andamento	515	4.108	-	(3.816)	**807**
Total do custo	83.605	4.108	-	(2.259)	**85.454**
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	(15.635)	(1.970)	-	124	**(17.481)**
Móveis e utensílios	(5.321)	(819)	-	-	**(6.140)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(15.411)	(1.612)	-	761	**(16.262)**
Computadores, veículos e outros	(19.740)	(2.164)	-	1	**(21.903)**
Total da depreciação	(56.107)	(6.565)	-	886	**(61.786)**
Provisão de redução do valor recuperável dos ativos					
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	(53)	-	53	-	-
Computadores, veículos e outros	(1)	-	1	-	-
Total da provisão	(54)	-	54	-	-
Total líquido	27.444	(2.457)	54	(1.373)	**23.668**

13. Imobilizado—Continuação

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2018	**Utilização**	**Adições (*)**	**Adições por combinação de negocio**	**Adição PPA**	**Transferências, baixas e outros**	**Efeitos das variações cambiais**	**Saldos em 31/12/2019**
Custo								
Terrenos e edificações	4.524	-	752	752	-	-	133	**6.161**
Máquinas e equipamentos	188.268	-	14.663	16.362	-	24.709	1.737	**245.739**
Móveis e utensílios	81.561	-	5.013	5.621	-	(3.373)	1.485	**90.307**
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	339.352	-	12.450	22.547	-	38.429	6.305	**419.083**
Computadores, veículos e outros	74.794	-	5.132	2.235	-	(700)	911	**82.372**
Obras e instalações em andamento	33.542	-	98.993	8.215	1.524	(101.244)	611	**41.641**
Total do custo	722.041	-	137.003	55.732	1.524	(42.179)	**11.182**	**885.303**
Depreciação								
Edificações	(2.730)	-	(375)	-	-	-	(87)	**(3.192)**
Máquinas e equipamentos	(134.903)	-	(16.113)	(4.876)	-	7.022	(1.017)	**(149.887)**
Móveis e utensílios	(65.087)	-	(7.243)	(1.629)	-	8.986	(1.137)	**(66.110)**
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	(192.599)	-	(29.676)	(13.116)	-	20.003	(3.721)	**(219.109)**
Computadores, veículos e outros	(62.078)	-	(7.227)	(1.779)	-	3.712	(715)	**(68.087)**
Total da depreciação	(457.397)	-	(60.634)	(21.400)	-	39.723	**(6.677)**	**(506.385)**
Provisão de redução do valor recuperável dos ativos								
Máquinas e equipamentos	(1.761)	663	(1.011)	-	-	-	**-**	**(2.109)**
Móveis e utensílios	(95)	25	-	-	-	(36)	**-**	**(106)**
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	(2.346)	1.045	(2.177)	-	-	217	**-**	**(3.261)**
Computadores, veículos e outros	(1.043)	442	-	-	-	36	**-**	**(565)**
Total da provisão	(5.245)	2.175	(3.188)	-	-	217	**-**	**(6.041)**
Total líquido	259.399	2.175	73.181	34.332	1.524	(2.239)	4.305	**372.677**

13. Imobilizado—Continuação

	Consolidado					
	Saldos em 31/12/2017	**Efeitos das variações cambiais**	**Adições, líquidas de reversões (*)**	**Utilizações**	**Transferências, baixas e outros**	**Saldos em 31/12/2018**
Custo						
Terrenos e edificações	3.801	293	430	-	-	**4.524**
Máquinas e equipamentos	171.994	4.585	3.721	-	7.968	**188.268**
Móveis e utensílios	72.951	5.278	632	-	2.700	**81.561**
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	291.034	22.230	14.712	-	11.376	**339.352**
Computadores, veículos e outros	67.982	2.576	1.209	-	3.027	**74.794**
Obras e instalações em andamento	24.904	1.862	47.432	-	(40.656)	**33.542**
Total do custo	632.666	36.824	68.136	-	(15.585)	**722.041**
Depreciação						
Edificações	(2.250)	(163)	(317)	-	-	**(2.730)**
Máquinas e equipamentos	(119.172)	(2.888)	(15.356)	-	2.513	**(134.903)**
Móveis e utensílios	(51.202)	(3.557)	(10.650)	-	322	**(65.087)**
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	(158.802)	(12.244)	(26.435)	-	4.882	**(192.599)**
Computadores, veículos e outros	(53.246)	(1.911)	(7.101)	-	180	**(62.078)**
Total da depreciação	(384.672)	(20.763)	(59.859)	-	7.897	**(457.397)**
Provisão de redução do valor recuperável dos ativos						
Máquinas e equipamentos	(418)	-	(1.761)	570	(152)	**(1.761)**
Móveis e utensílios	-	-	(95)	-	-	**(95)**
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	(3.363)	-	(2.346)	3.597	(234)	**(2.346)**
Computadores, veículos e outros	(72)	-	(1.042)	-	71	**(1.043)**
Total da provisão	(3.853)	-	(5.244)	4.167	(315)	**(5.245)**
Total líquido	244.141	16.061	3.033	4.167	(8.003)	**259.399**

	Controladora		Consolidado	
Saldos líquidos em	**31/12/2019**	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Terrenos e edificações	**-**	-	**2.971**	1.794
Máquinas e equipamentos	**6.337**	6.480	**93.743**	51.604
Móveis e utensílios	**1.197**	1.412	**19.955**	16.379
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	**12.142**	10.537	**196.313**	143.597
Computadores, veículos e outros	**2.744**	4.432	**13.718**	11.673
Obras e instalações em andamento	**480**	807	**45.977**	34.352
	22.900	23.668	**372.677**	259.399

(*) As adições de imobilizado apresentadas nas demonstrações dos fluxos de caixa estão líquidas das parcelas a serem pagas nos próximos meses. Assim, nas demonstrações dos fluxos de caixa, das adições de imobilizado realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi subtraído o montante de R$ 31 (R$68 subtraído em 31 de dezembro de 2018) na controladora e subtraído o montante de R$ 4.852 no consolidado (R$2.610 subtraído em 31 de dezembro de 2018)

13. Imobilizado--Continuação

Os encargos de depreciação são alocados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Alocados ao custo de vendas e serviços	**4.764**	5.405	50.172	52.372
Alocados a despesas gerais e administrativas	**1.058**	1.160	10.462	7.487
Total da despesa de depreciação	**5.822**	6.565	60.634	59.859
Créditos de PIS e COFINS sobre a depreciação (*)	**(616)**	(612)	**(2.421)**	(2.461)
Total da despesa de depreciação líquida de créditos de impostos	**5.206**	5.953	58.213	57.398

(*) Valor relativo aos créditos de PIS e COFINS sobre ativo imobilizado destinado à área operacional.

Ativos cedidos em garantia

As obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro estão garantidas pela titularidade do arrendador aos ativos arrendados, cujo valor contábil é de R$ 1.836 em 31 de dezembro de 2019 (R$2.001 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e no consolidado.

14. Intangível

As movimentações do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são como segue:

	Controladora			
	Saldos em 31/12/2018	**Adições**	**Transferências, baixas e outros**	**Saldos em 31/12/2019**
Custo:				
Ágio	91.790	-	-	**91.790**
Software	19.955	-	1.371	**21.326**
Direitos sobre marcas	4.100	-	-	**4.100**
Direitos sobre pontos comerciais	30.748	-	-	**30.748**
Direitos de licenciamento	70.130	-	-	**70.130**
Direitos de arrendamento	25.532	-	-	**25.532**
Intangível em andamento	942	7.975	(1.744)	**7.173**
Total do custo	243.197	7.975	(373)	**250.799**
Amortização:				
Software	(15.826)	(1.317)	-	**(17.143)**
Direitos sobre pontos comerciais	(16.062)	(3.194)	-	**(19.256)**
Direitos de licenciamento	(58.818)	(4.677)	-	**(63.495)**
Direitos de arrendamento	(23.227)	(1.976)	-	**(25.203)**
Total da amortização	(113.933)	(11.164)	-	**(125.097)**
Provisão de redução do valor recuperável dos ativos				
Direitos sobre marcas	(1.848)	(689)	-	**(2.537)**
Total da provisão	(1.848)	(689)	-	**(2.537)**
Total líquido	127.416	(3.878)	(373)	**123.165**

14. **Intangível** –Continuação

	Controladora			
	Saldos em 31/12/2017	**Adições, líquidas de reversões (*)**	**Transferências, baixas e outros**	**Saldos em 31/12/2018**
Custo:				
Ágio	91.790	-	-	**91.790**
Software	18.010	-	1.945	**19.955**
Direitos sobre marcas	4.100	-	-	**4.100**
Direitos sobre pontos comerciais	30.748	-	-	**30.748**
Direitos de licenciamento	70.130	-	-	**70.130**
Direitos de arrendamento	25.532	-	-	**25.532**
Intangível em andamento	273	2.367	(1.698)	**942**
Total do custo	240.583	2.367	247	**243.197**
Amortização:				
Software	(14.841)	(985)	-	**(15.826)**
Direitos sobre pontos comerciais	(12.867)	(3.195)	-	**(16.062)**
Direitos de licenciamento	(54.049)	(4.769)	-	**(58.818)**
Direitos de arrendamento	(21.250)	(1.977)	-	**(23.227)**
Total da amortização	(103.007)	(10.926)	-	**(113.933)**
Provisão de redução do valor recuperável dos ativos				
Direitos sobre marcas	(1.848)	-	-	(1.848)
Total da provisão	(1.848)	-	-	(1.848)
Total líquido	135.728	(8.559)	247	**127.416**

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2018	**Utilização**	**Adições (*)**	**Adições por combinação de negocio**	**PPA**	**Transferências, baixas e outros (**)**	**Efeito das variações cambiais**	**Saldos em 31/12/2019**
Custo								
Ágio	696.870	-	-	-	159.703	-	8.259	**864.833**
Software	34.873	-	572	550	-	1.431	64	**37.490**
Direitos sobre marcas	66.322	-	-	-	-	-	597	**66.919**
Direitos sobre pontos comerciais	103.819	-	2.234	13.665	1.273	(2.249)	156	**118.898**
Direitos de licenciamento	115.012	-	561	24.931	254.303	(1.453)	784	**394.138**
Direitos de arrendamento	28.072	-	-	-	-	(638)	102	**27.536**
Direito de uso de marca e exploração de franquias	-	-	-	1.917	5.753	-	-	**7.670**
Contratos de não concorrência	3.193	-	-	-	976	(383)	94	**3.880**
Intangível em andamento e outros	1.656	-	8.115	-	-	(1.884)	22	**7.909**
Total do custo	1.049.817	-	11.482	41.063	422.008	(5.176)	10.078	**1.529.272**
Amortização								
Software	(27.320)	-	(2.130)	(175)	-	199	(52)	**(29.478)**
Direitos sobre pontos comerciais	(51.082)	-	(8.045)	(9.680)	-	1.481	(86)	**(67.412)**
Direitos de licenciamento	(84.557)	-	(7.256)	(3.603)	-	786	(484)	**(95.114)**
Direitos de arrendamento	(23.227)	-	(1.977)	-	-	-	-	**(25.204)**
Contratos de não concorrência	(2.034)	-	(1.131)	-	-	-	(67)	**(3.232)**
Intangível em andamento e outros	(527)	-	(70)	-	-	-	(23)	**(620)**
Total da amortização	(188.747)	-	(20.609)	(13.458)	-	2.466	(712)	**(221.061)**
do valor recuperável dos ativos								
Software	(503)	6	-	-	-	-	-	**(497)**
Direitos sobre marcas	(6.662)	236	(689)	-	-	(236)	-	**(7.351)**
Direitos sobre pontos comerciais	(34)	245	-	-	-	(217)	-	**(6)**
Direitos de licenciamento	(253)	-	-	-	-	236	-	**(17)**
Total da provisão	(7.452)	487	(689)	-	-	(217)	-	**(7.871)**
Total	853.618	487	(9.817)	27.604	422.008	(2.927)	9.366	**1.300.340**

14. **Intangível** –Continuação

	Saldos em 31/12/2017	Adições. líquidas de reversões (*)	Utilizações	Transferências, baixas e outros (**)	Efeito das variações cambiais	Saldos em 31/12/2018
Custo						
Ágio	667.590	-	-	-	29.280	**696.870**
Software	30.930	673	-	3.189	81	**34.873**
Direitos sobre marcas	62.895	-	-	1.978	1.449	**66.322**
Direitos sobre pontos comerciais	106.330	-	-	(3.078)	567	**103.819**
Direitos de licenciamento	111.561	1.122	-	(53)	2.382	**115.012**
Direitos de arrendamento	28.223	-	-	(613)	462	**28.072**
Contratos de não concorrência	2.968	-	-	-	225	**3.193**
Intangível em andamento e outros	1.619	2.371	-	(2.399)	65	**1.656**
Total do custo	1.012.116	4.166	-	(976)	34.511	**1.049.817**
Amortização						
Software	(25.493)	(1.817)	-	67	(77)	**(27.320)**
Direitos sobre pontos comerciais	(43.784)	(8.639)	-	1.663	(322)	**(51.082)**
Direitos de licenciamento	(76.137)	(7.398)	-	43	(1.065)	**(84.557)**
Direitos de arrendamento	(21.250)	(1.977)	-	-	-	**(23.227)**
Contratos de não concorrência	(1.592)	(332)	-	-	(110)	**(2.034)**
Intangível em andamento e outros	(420)	(78)	-	-	(29)	**(527)**
Total da amortização	(168.676)	(20.241)	-	1.773	(1.603)	**(188.747)**
ção do valor recuperável dos ativos						
Software	(8)	(503)	8	-	-	**(503)**
Direitos sobre marcas	(4.684)	-	-	(1.978)	-	**(6.662)**
Direitos sobre pontos comerciais	(646)	(28)	323	317	-	**(34)**
Direitos de licenciamento	-	(253)	-	-	-	**(253)**
Total da provisão	(5.338)	(784)	331	(1.661)	-	**(7.452)**
Total do custo	838.102	(16.859)	331	(864)	32.908	**853.618**

(*) As adições de intangível apresentadas nas demonstrações de fluxo de caixa estão adicionadas das parcelas pagas referentes a aquisições efetuadas anteriormente. Assim, nas demonstrações de fluxo de caixa, das adições de intangível realizadas no período de doze meses findos em 31 de dezembro 2018 foi adicionado o montante de R$3.972 no consolidado

	Controladora		Consolidado	
Saldos líquidos em	**31/12/2019**	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Ágio (a)	**91.790**	91.790	**864.833**	696.870
Software	**4.183**	4.129	**7.515**	7.050
Direitos sobre marcas (b)	**1.563**	2.252	**59.568**	59.660
Direitos sobre pontos comerciais (c)	**11.492**	14.686	**51.480**	52.705
Direitos de licenciamento (d)	**6.635**	11.312	**298.590**	30.201
Direito de uso de marcas e exploração de franquias	**-**	-	**7.670**	-
Direitos de arrendamento (e)	**329**	2.305	**2.332**	4.845
Contratos de não concorrência	**-**	-	**1.064**	1.159
Intangível em andamento e outros	**7.173**	942	**7.289**	1.128
	123.165	127.416	**1.300.340**	853.618

14. **Intangível** –Continuação

Os encargos de amortização sobre os outros ativos intangíveis estão registrados na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

Principais ativos intangíveis

a) *Ágio*

Alocação do ágio a unidades geradoras de caixa

O ágio é alocado a cada unidade geradora de caixa, definida da seguinte forma:

- Shopping centers - Brasil: refeições rápidas em cadeias de restaurantes e cafeterias localizadas em shopping centers no Brasil e prestação de serviços aos franqueados das marcas KFC e Pizza Hut, a partir da aquisição das operações da MultiQSR.

- Shopping centers - Caribe (Panamá e Colômbia): refeições rápidas em cadeias de restaurantes e cafeterias localizadas em shopping centers no Caribe.

- Aeroportos: fornecimento de refeições em restaurantes e cafeterias e para companhias aéreas ("catering") e outros serviços correlacionados no Brasil.

- Aeroportos - Caribe (Panamá e Colômbia): fornecimento de refeições em restaurantes e cafeterias e para companhias aéreas ("*catering*") e outros serviços correlacionados no Caribe

- Rodovias: praças de alimentação em postos de serviços e cadeias de restaurantes localizadas em rodovias no Brasil, além de venda de combustíveis para veículos.

- *Estados Unidos da América*: refeições em restaurantes em mercados cativos nos Estados Unidos da América e produtos de consumo no varejo.

O valor contábil do ágio foi alocado às unidades geradoras de caixa da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Brasil:		
Shopping centers	**347.607**	187.905
Aeroportos	**91.790**	91.790
Rodovias	**206.187**	206.187
	645.584	485.882
Caribe:		
Shopping centers	**1.068**	1.038
Aeroportos	**20.476**	19.893
	21.544	20.931
Estados Unidos da América	**197.705**	190.057
	864.833	696.870

14. **Intangível** –Continuação

b) *Direitos sobre as marcas*

Referem-se às marcas identificadas nas aquisições efetuadas. Destacam-se as marcas Viena, Frango Assado, Batata Inglesa e Rede J&C Delicias (Caribe).

c) *Direitos sobre pontos comerciais*

Referem-se aos valores pagos para aquisição de direitos sobre pontos comerciais (fundo de comércio) e/ou pela alocação de parte dos preços de aquisição de negócios.

d) *Direitos de uso de marca e exploração de franquias*

Tratam-se das parcelas do preço atribuível às aquisições das operações de "comissaria" ("*catering*") alocadas às licenças para operar serviços de fornecimento de refeições a bordo de aeronaves e licenças e autorizações para operar restaurantes em certas regiões comerciais de aeroportos.

A partir da aquisição das operações da MultiQSR, a Companhia adquiriu o direito de explorar, com exclusividade, as marcas KFC e Pizza Hut no Brasil através de Master Franquia.

e) *Direitos de arrendamento*

Tratam-se da parcela do preço de aquisição de empresas, alocada aos contratos de arrendamento celebrados com as autoridades aeroportuárias ("direitos de arrendamento") e/ou empresas administradoras de aeroportos para a locação de espaços nos aeroportos para operar restaurantes, lanchonetes, cafeterias e afins.

Análise de redução do valor recuperável dos ativos sem vida útil definida

A análise de redução do valor recuperável dos ativos de vida útil indefinida (ágio e marcas) é efetuada uma vez ao ano, ou quando há indicadores de redução do valor recuperável de alguma das unidades geradoras de caixa.

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa foi apurado a partir do valor em uso utilizando o fluxo de caixa com base nos orçamentos financeiros aprovados pelo Conselho de Administração e uma taxa de desconto após o benefício fiscal do imposto de renda e contribuição social. Os fluxos de caixa para além do quinquênio foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa. As principais premissas adotadas foram:

Projeções de vendas	Crescimento médio de vendas no período imediatamente anterior ao período do orçamento, mais taxa de crescimento anual para os próximos cinco anos. Os valores atribuídos à premissa refletem a experiência passada, exceto o fator de crescimento, que é consistente com os planos da Administração de focalização das operações nesses mercados. A Administração entende que o crescimento anual da participação de mercado para os próximos cinco anos é exequível.

14. **Intangível** –Continuação

Análise de redução do valor recuperável dos ativos sem vida útil definida—Continuação

Inflação dos preços da matéria-prima	Previsões para os índices de preços ao consumidor para o período de orçamento dos países dos quais as matérias-primas são adquiridas. Os valores alocados às principais premissas são consistentes com fontes externas de informações.
Margem bruta orçada	Margens brutas médias obtidas no período imediatamente anterior ao período do orçamento, aumentadas em virtude das melhorias de eficiência esperadas. Refletem a experiência passada, exceto pelas melhorias de eficiência estimadas.

- Unidades geradoras de caixa brasileiras

  A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa foi de 7,0% ao ano (9,9% ao ano em 2018), e os fluxos de caixa para além do quinquênio foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa de 6,0% ao ano (6,3% ao ano em 2018).

- Unidades geradoras de caixa caribenhas

  A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa foi de 8,8% ao ano (10,3% ao ano em 2018), e os fluxos de caixa para além do quinquênio foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa de 6,5% ao ano (3,3% ao ano em 2018).

- Unidades geradoras de caixa norte-americanas

  A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa foi de 13,0% ao ano (14,0% ao ano em 2018), e os fluxos de caixa para além do quinquênio foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa de 2,5% (2,5% ao ano em 2018).

Com base nas análises efetuadas, em 31 de dezembro de 2019, a Administração concluiu que não há indicadores de perda do valor recuperável de nenhuma das unidades geradoras de caixa.

15. Direito de uso e passivo de arrendamento (“direito de uso”)

As movimentações do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento (“direito de uso”) são compostos substancialmente por contratos de imóveis.

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi como segue:

15. Direito de uso e passivo de arrendamento (“direito de uso”)--Continuação

a) Ativo de direito de uso

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2018	**-**	-
(+) Adoção inicial – IFRS 16 / CPC 06 (R2)	17.106	405.398
Saldo em 01/01/2019	**17.106**	**405.398**
(-) Depreciação acumulada	(3.874)	(70.403)
(+) Adições por aquisição de empresa	-	6.389
(+) Adições	3.423	60.222
(-) Baixas	(397)	(31.974)
(+) Variação cambial	-	15.410
Saldo em 31/12/2019	**16.258**	**385.042**

b) Movimentação do passivo de arrendamento (“direito de uso”)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2018	**-**	-
(+) Adoção inicial - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	17.106	405.398
Saldo em 01/01/2019	**17.106**	**405.398**
(+) Juros incorridos, líquido de baixas	1.801	33.691
(-) Pagamentos de principal	(4.117)	(79.724)
(-) Pagamento de juros	(779)	(12.185)
(+) Adições por aquisição de empresas	-	6.389
(+) Adições	3.423	60.222
(-) Baixas de principal	(397)	(31.974)
(+) Variação cambial	-	19.405
Saldo em 31/12/2019	**17.036**	**401.222**
Circulante	4.942	92.060
Não circulante	12.094	309.162

c) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento (“direito de uso”) reconhecido no passivo não circulante

Ano	Controladora	Consolidado
2021	2.444	89.129
2022	3.478	78.481
2023	2.804	82.453
2024	2.333	56.666
Mais de 5 anos	1.035	2.433
	12.094	**309.162**

15. Direito de uso e passivo de arrendamento ("direito de uso")--Continuação

d) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento ("direito de uso") reconhecido no passivo não circulante

Atendendo a orientação da CVM e com o objetivo de proporcionar ao mercado uma visão completa dos diversos efeitos que surgem com a aplicação da metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, os seguintes dados deveriam ser considerados:

	Inflação a projetar por ano	**Prazo médio dos contratos**
Operações no Brasil	7,31%	5 anos
Operações internacionais		
Estados Unidos da América	2,37%	6 anos
Panamá	2,37%	5 anos
Colômbia	3,84%	3 anos

e) Contratos de arrendamento de curto prazo, baixo valor e variáveis:

Os pagamentos realizados pela Companhia relativos aos contratos de arrendamento de curto prazo, de ativos de baixo valor e variáveis totalizaram R$71.011 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

16. Fornecedores

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Fornecedores de produtos	**9.143**	7.345	**76.906**	53.953
Fornecedores de serviços	**4.980**	7.088	**108.263**	25.487
Fornecedores - outros	**445**	414	**2.928**	1.540
Total	**14.568**	14.847	**188.097**	80.980

17. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Cédula de Crédito Bancário Internacional - "*Swap*" - Brasil (a)	CDI + "*spread*" de 3,1% a.a.	Trimestral até 14/09/2020	**-**	-	**2.634**	6.221
Cédula de Crédito Bancário - CCB - Estados Unidos da América (b)	LIBOR + "*spread*" de 1,95% a.a.	Mensal até 21/11/2023	**-**	-	**62.958**	62.294
Cédula de Crédito Bancário – CCB – Caribe (c)	Libor 180 dias (ou IBR 6 meses) + "spread" de 3,4% a 3,7% a.a.	Semestral até 12/10/2022	**-**	-	**60.280**	77.558
Notas Promissórias Comerciais (d)	CDI +"*spread*" de 2,50% a.a.	Parcela única em 05/06/2019	**-**	149.397	**-**	149.397
Debêntures 1ª série (d)	CDI +"*spread*" de 1,15% a.a.	Annual até 15/03/2024	**127.273**	-	**127.273**	-
Debêntures 2ª série (d)	CDI +"*spread*" de 1,60% a.a.	Anual até 15/03/2026	**127.426**	-	**127.426**	-
Emissão série única (e)	CDI +"*spread*" de 1,30% a.a.	Anual até 10/09/2025	**152.949**	-	**152.949**	-
Custos a apropriar			**(13.623)**	-	**(13.623)**	-
Outros			**1.249**	-	**41.775**	2.238
			395.274	149.397	**561.672**	297.708

Classificados como:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Circulantes:				
Empréstimos em moeda estrangeira	**-**	-	**35.530**	40.198
Empréstimos em moeda local (R$)	**7.485**	149.397	**47.672**	149.397
	7.485	149.397	**83.202**	189.595
Não circulantes:				
Empréstimos em moeda estrangeira	**-**	-	**87.708**	105.875
Empréstimos em moeda local (R$)	**387.789**	-	**390.762**	2.238
	387.789	-	**478.470**	108.113

Garantias e compromissos

a) Empréstimo obtido em dólares norte-americanos (US$) e com juros de 4,05% ao ano mais variação cambial. O empréstimo é garantido pelos avalistas coobrigados representados por certas controladas da Companhia, pela cessão fiduciária de "*swap*" e de penhor de certos recebíveis de operadoras de cartões de débito e de crédito decorrentes de vendas efetuadas pelas controladas da Companhia usando cartões de débito e crédito. O contrato possui certas cláusulas calculadas com base em demonstrações financeiras que consistem, basicamente, nos quocientes calculados entre a dívida líquida e o LAJIDA, bem como nos índices de cobertura de serviço da dívida, anualmente. Em 31 de dezebro de 2019, o Grupo cumpriu com tais cláusulas restritivas.

O Grupo faz uso de operações de "*swap*" para trocar as obrigações denominadas em dólares norte-americanos (US$) e taxas de juros fixas pelo real (R$) atrelado a 100% do CDI mais taxa de juros de 3,1% ao ano. O Grupo contrata operações de "*swap*" com a mesma contraparte. Essas transações são classificadas como instrumentos financeiros derivativos, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 7.e.

17. Empréstimos e financiamentos --Continuação

b) Empréstimo obtido em dólares norte-americanos (US$) e com juros a uma taxa flutuante por ano determinada pelo banco, de 1,95% acima da Libor diária do mês. O empréstimo é garantido pela controladora International Meal Company Alimentação S.A possui certas cláusulas restrituvas calculadas com base em demonstrações financeiras. Em 31 de dezebro de 2019, o Grupo cumpriu com tais cláusulas.

c) Empréstimos amortizáveis em 10 parcelas semestrais a partir de março de 2018 e garantidos por certas controladas da Companhia. O contrato possui certas cláusulas calculadas com base em demonstrações financeiras que consistem, basicamente, nos quocientes calculados entre a dívida líquida e o LAJIDA, nos índices de cobertura de serviço da dívida e no endividamento total, mensurados semestralmente. Em 31 de dezebro de 2019, o Grupo cumpriu com tais cláusulas restritivas.

d) Notas Promissórias Comerciais, amortizadas em parcela única em 05 de junho de 2019 e estavam garantidas por certas controladas da Companhia.

e) Primeira emissão de 250.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries de 125.000 debêntures cada, com valor nominal de R$1.000,00, da espécie quirografária com garantia fidejussória, emitidas em 18 de março de 2019, com juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 1,15% ao ano, com vencimento em 2024 para a primeira série e 1,60% ao ano, com vencimento em 2026 para a segunda série, com pagamento semestral de juros até a data de vencimento. Os índices financeiros estabelecidos no contrato são acompanhados trimestralmente, pelo agente fiduciário, e consistem, basicamente, nos quocientes calculados entre a dívida líquida e o LAJIDA. Em 31 de dezebro de 2019, o Grupo cumpriu com tais cláusulas restritivas.

f) Segunda emissão de 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries de 150.000 debêntures cada (tendo sido emitida apenas uma série até 31.12.19), com valor nominal de R$1.000,00, da espécie quirografária com garantia fidejussória, emitidas em 14 de setembro de 2019, com juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 1,30% ao ano, com vencimento em 2025, com pagamento semestral de juros até a data de vencimento. Os índices financeiros estabelecidos no contrato são acompanhados trimestralmente, pelo agente fiduciário, e consistem, basicamente, nos quocientes calculados entre a dívida líquida e o LAJIDA. Em 31 de dezebro de 2019, o Grupo cumpriu com tais cláusulas restritivas.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Consolidado
2021	**35.933**
2022	**67.159**
2023	**113.482**
2024	**91.666**
2025 em diante	**175.000**
	483.240

18. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Salários e encargos sociais	**5.144**	5.246	**30.503**	29.596
Provisão para férias e encargos sociais	**11.943**	6.918	**25.624**	24.604
Outros	**822**	615	**9.808**	1.476
Total	**17.909**	12.779	**65.935**	55.676

19. Parcelamento de aquisições de empresas

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Aquisições de empresas no Brasil	**9.864**	-
Aquisições de empresas efetuadas em outros países (a)	**31.694**	36.710
Total	**41.558**	36.710
Circulante	**6.394**	6.528
Não circulante	**35.164**	30.182

(a) Os valores de parcelamento estão denominados em dólares norte americanos, sobre os quais incidem juros de 5,75% ao ano.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Consolidado
2021	**3.452**
2022	**9.052**
2023	**7.810**
2024 em diante	**14.850**
	35.164

Desembolso de caixa para as aquisições

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Pagamentos de parcelas de aquisição de negócios realizados no Brasil, pelas empresas adquiridas em períodos anteriores	**457**	-
Pagamentos de parcelas de aquisição de negócios realizados em outros países, em exercícios anteriores	**4.754**	6.983
Saída de caixa	**5.211**	6.983

20. Provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias

O Grupo é parte envolvida em determinados riscos trabalhistas e previdenciários, cíveis e tributários. No caso das reclamações ajuizadas, recursos foram impetrados. Depósitos judiciais foram realizados quando exigido pelas autoridades.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Trabalhistas e previdenciários (a)	**6.190**	3.880	**12.084**	10.956
Tributários (b)	**-**	-	**36**	-
Cíveis (c)	**619**	924	**2.512**	1.944
Combinação de negócios – aquisição de empresas(d)	**-**	-	**43.042**	-
Combinação de negócios – Alocação PPA (d)	**-**	-	**27.006**	-
	6.809	4.804	**84.680**	12.900

(a) Provisão para cobertura de riscos trabalhistas e previdenciários decorrentes de relações trabalhistas no curso normal dos negócios. Visto que o Grupo figura no polo passivo de ações trabalhistas que possuem natureza similar, ou seja, ações de conteúdo recorrente, oriundas, em geral, de autores reclamantes que ocuparam determinados cargos e funções e que deduzem pedidos baseados em ofensores comuns, entende-se que a melhor estimativa de risco de perda (e consequentemente da constituição da provisão) é a avaliação do comportamento histórico de desempenho com base nas perdas efetivas em ações dessa natureza. Com base nas análises efetuadas pela Companhia, as perdas históricas dos últimos 5 (cinco) anos foram de uma média de aproximadamente 13% quando comparadas com os valores das respectivas causas.

(b) O Grupo possui riscos relacionados a questionamentos por parte das autoridades fiscais (federais, estaduais e municipais) e, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para ações com o risco avaliados como provável.

(c) O Grupo é parte envolvida em ações e vários outros processos cíveis, tais como alegações de desequilíbrio econômico ou ações ajuizadas por fornecedores / produtores, relacionadas a descontos de qualidade. A Administração registrou provisão para ações e processos cujo risco de perda é provável, conforme opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

(d) O saldo é oriundo da combinação de negócios com a Multi QSR (Nota explicativa 5).

O Grupo é parte em outras ações de natureza tributária e cível que segundo opinião dos seus assessores jurídicos, envolvem risco possível de perdas no montante de R$8.760 na controladora e R$53.705 no consolidado e, portanto, não foi constituída provisão para essas ações.

Dentre as principais ações tributárias classificadas como perda possível, destacamos os autos de infração lavrados contra a controlada Comercial Frango Assado (incorporada pela Pimenta Verde em agosto de 2017), em novembro de 2012, referente a exigência de crédito tributário a título de PIS e COFINS do período de janeiro a dezembro/2009. O montante envolvido é de R$6.254. O processo está em discussão na fase administrativa.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possui uma exposição total de causas trabalhistas no montante de R$47.125 (R$29.845 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R$ 92.004 (R$89.602 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado, sendo que deste montante R$ 17.573 (R$16.020 em 31 de dezembro de 2018) corresponde a causas cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível na controladora e R$ 50.127 (R$40.160 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado.

20. Provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias--Continuação

O Grupo utiliza o percentual médio de aproximadamente 13% aplicado sobre o montante total de exposição para a constituição de provisão.

A movimentação da provisão nos períodos é como segue:

	Controladora			
	Trabalhistas e previdenciárias	**Tributárias**	**Cíveis**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.082	-	724	3.806
Adições	3.662	196	200	4.058
Utilizações	(2.864)	(196)	-	(3.060)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**3.880**	**-**	**924**	**4.804**
Adições	**5.253**	**-**	**126**	**5.379**
Utilizações	**(2.943)**	**-**	**(431)**	**(3.374)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**6.190**	**-**	**619**	**6.809**

	Consolidado			
	Trabalhistas e previdenciárias	**Tributárias**	**Cíveis**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.181	298	2.060	12.539
Adições	10.890	188	339	11.417
Reversões	(216)	(290)	-	(506)
Utilizações*	(9.899)	(196)	-	(10.095)
Utilizações de provisões para riscos associados às operações descontinuadas	-	-	(560)	(560)
Variação cambial	-	-	105	105
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**10.956**	**-**	**1.944**	**12.900**
Adições	**11.896**	**35**	**1.058**	**12.989**
Reversões	**(72)**	**-**	**(61)**	**(133)**
Utilizações	**(10.696)**	**-**	**(457)**	**(11.153)**
Variação cambial	**-**	**-**	**28**	**28**
	12.084	**35**	**2.512**	**14.631**
Alocação do preço de aquisição (PPA)	**6.663**	**19.365**	**978**	**27.006**
Adições por combinação de negócio	**31.916**	**8.869**	**2.258**	**43.043**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**50.663**	**28.269**	**5.748**	**84.680**

Combinação de negócios

(i) Trabalhistas e previdenciárias:

Riscos trabalhistas e previdenciários decorrentes principalmente de: (a) vínculo empregatício com pessoas jurídicas uni-profissionais remunerados via emissão de nota fiscal e (ii) complemento salarial via cartão de incentivo. Os riscos foram identificados e apurados em due diligence e a prática suspensa após a conclusão da combinação de negócios.

20. Provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias--Continuação

Combinação de negócios --Continuação

(ii) Tributárias

Riscos tributários decorrentes principalmente de: (a) ausência de recolhimento de IOF sobre mútuos com partes relacionadas e (ii) limite de dedutibilidade de royalties remetidos ao exterior. Os riscos foram identificados e apurados em due diligence e a prática suspensa após a conclusão da combinação de negócios.

(iii) Cíveis

Riscos de natureza pulverizada identificados em due diligence

21. Receita diferida

Refere-se a bônus e abatimentos recebidos de fornecedores por preferência e exclusividade na utilização de seus serviços e/ou revenda de seus produtos. Esses bônus e abatimentos são reconhecidos, substancialmente, na rubrica “Custo de vendas e serviços” na demonstração do resultado, quando o serviço é prestado e de acordo com o vencimento dos contratos celebrados entre o Grupo e seus fornecedores.

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias reconhecidos. Esses créditos estão registrados no ativo e passivo não circulantes, com base na estimativa de resultados tributáveis futuros, de acordo com a legislação vigente.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são como segue:

	Controladora	
	31/12/2019	**31/12/2018**
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	**5.081**	6.645
Diferenças temporárias:		
Provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias	**2.315**	1.633
Provisão para baixa de ativos	**139**	28
Passivos de imposto de renda diferido sobre amortização de ágio de empresas adquiridas	**(40.768)**	(40.762)
Passivo fiscal diferido oriundo das alocações de valor justo das combinações de negócios	**(643)**	(1.555)
Provisão para contas a pagar e outras	**8.017**	5.963
	(25.859)	(28.048)
Ativo	**-**	-
Passivo	**(25.859)**	(28.048)

22. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	**101.212**	95.385
Provisão para não realização de impostos diferidos (Nota 21c)		-
Diferenças temporárias:		
Provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias	**6.039**	4.138
Provisão para baixa de ativos	**2.231**	3.422
Provisão para contas a pagar	**9.409**	8.824
Mais-valia de ativos e diferença entre as taxas de depreciação contábil e fiscal	**20.074**	25.355
Passivos de imposto de renda diferido sobre amortização de ágio de empresas adquiridas e incorporadas e/ou oriundo das alocações de valor justo das combinações de negócios	**(196.418)**	(194.268)
Outras diferenças temporárias	**(2.539)**	(4.568)
	(59.992)	(61.712)
Ativo	**17.509**	9.863
Passivo	**(77.502)**	(71.575)
	(59.992)	(61.712)

De acordo com o CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Com base no histórico de realizações dos ativos e passivos que deram origem ao saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, bem como nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, foi estimado o seguinte cronograma para realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora	**Consolidado**
Exercício		
Em 1 ano	**607**	**4.786**
De 1 a 2 anos	**2.827**	**22.279**
De 2 a 3 anos	**3.092**	**24.365**
De 3 a 4 anos	**3.419**	**26.941**
De 5 a 7 anos	**3.795**	**29.905**
De 8 a 10 anos	**1.812**	**30.689**
	15.552	**138.965**

22. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possui saldos de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social no montante de R$297.682 (R$280.544 em 31 de dezembro de 2018), para os quais registrou impostos diferidos e o montante de R$80.437 (R$60.787 em 31 de dezembro de 2018) para os quais não foram constituídos impostos diferidos, em virtude de não haver, até àquela data, projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivos

	Controladora	
	31/12/2019	**31/12/2018**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	**(16.800)**	13.203
Alíquota nominal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	**5.712**	(4.489)
Ajustes efetuados sobre:		
Diferenças permanentes (*)	**(810)**	(2.382)
Resultado de equivalência patrimonial	**(11.558)**	(18)
Créditos de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa não reconhecidos ou reconhecidos sobre prejuízos/bases de exercícios anteriores	**(997)**	(279)
Lucro de subsidiárias no exterior	**10.075**	7.817
Outras diferenças permanentes	**(1.464)**	(5.958)
Imposto de renda e contribuição social	**958**	(5.309)
Correntes		(735)
Diferidos	**958**	(4.574)
	958	(5.309)

22. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivos-- Continuação

	Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	**(7.960)**	7.722
Alíquota nominal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	**2.706**	(2.625)
Ajustes efetuados sobre:		
Diferenças permanentes (i)	**(1.563)**	(4.878)
Créditos de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa não reconhecidos ou reconhecidos sobre prejuízos/bases de exercícios anteriores	**(7.499)**	(7.943)
Reversão de provisão para não realização de impostos diferidos (ii)	**-**	13.184
Outras diferenças permanentes	**(1.528)**	2.433
Imposto de renda e contribuição social	**(7.884)**	171
Correntes	**(8.671)**	(8.472)
Diferidos	**788**	8.643
	(7.884)	171

(i) Incluem: (a) impostos pagos pelas subsidiárias internacionais e não dedutíveis no Brasil; e (b) outras despesas não dedutíveis.

A declaração de imposto de renda de cada subsidiária está sujeita a exame pelas autoridades fiscais dos respectivos países por um período de três a seis anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em decorrência dessas inspeções, podem ser imputados impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até mais 40.584.077 ações ordinárias, sem valor nominal.

Areconciliação das ações no início e no fim do exercício é como segue:

	Controladora
Posição acionária em 31 de dezembro de 2018	166.531.600
Novas ações emitidas em 2019	29.387.930
Posição acionária em 31 de dezembro de 2019	**195.919.530**

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia é composto por 195.919.530 (166.531.600 em 31 de dezembro de 2018) ações que representam um montante de R$786.065 (R$876.281 em 31 de dezembro de 2018).

23. Patrimônio líquido --Continuação

a) Capital social --Continuação

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de outubro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a redução do capital social da Companhia em R$100.000 sem redução na quantidade de ações, a qual foi efetivada em 8 de Fevereiro de 2019.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de de agosto de 2019 foi aprovado o aumento de capital da Companhia decorrente da Incorporação de Ações da MultiQSR (vide nota explicativa 1b), no montante de R$9.784 (nove milhões, setecentos e oitenta e quatro mil), mediante a emissão de 29.387.930 (vinte e nove milhões, trezentas e oitenta e sete mil, novecentas e trinta) ações ordinárias,nominativas e sem valor nominal, passando, portanto, o capital social da Companhia a ser composto por 195.919.530 (cento e noventa e cinco milhões, novecentas e dezenove mil, quinhentas e trinta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Foi registrada uma reserva de capital de R$207.099, que corresponde à diferença entre o valor do aumento de capital acima mencionado e o valor atribuído à contraprestação paga (R$ 216.883) pela aquisição da MultiQSR com base no valor de mercado das ações da Companhia em 31 de outubro de 2019.

b) Destinação do lucro líquido

Do lucro líquido apurado, deverá ser deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O saldo remanescente do lucro líquido, depois das deduções acima mencionadas, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.

Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, por deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, juros sobre o capital próprio, que poderão ser deduzidos do dividendo mínimo obrigatório.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração propôs dividendos a serem distribuídos no valor de R$1.875, os quais correspondem a 25% do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal.

c) Ações em tesouraria

Em 7 de novembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhi aprovou "programa de recompra" de ações com duração até 7 de novembro de 2020 (inclusive) e por volume de até 4.911.436 (quatro milhões, novecentos e onze mil e quatrocentos e trinta e seis) ações ordinárias com o objetivo de incrementar a geração de valor para o acionista.

Em 18 de setembro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou "programa de recompra" de ações com duração até 18 de setembro de 2019 e por volume de até 13.000.000 (treze milhões) de ações com o objetivo de incrementar a geração de valor para o acionista.

23. Patrimônio líquido --Continuação

a) Ações em tesouraria --Continuação

Durante o ano de 2019, a Companhia adquiriu 350.000 (5.630.600 em 31 de dezembro de 2018) de ações ordinárias ao preço médio de R$ 6,03 (R$ 6,44 em 31 de dezembro de 2018), representado um desembolso de R$ 362 (R$ 36.277 em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação das ações em tesouraria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019 foi a seguinte:

	Quantidade de ações	Valor	Preço médio por ação - R$
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.950.000	20.714	5,24
(-) Opções de compras de ações exercidas (custo médio R$ 5,24)	(343.000)	(1.798)	5,24
	3.607.000	18.916	5,24
Ações em tesouraria adquiridas (custo médio R$ 6,37)	3.950.000	25.148	6,37
	7.557.000	44.064	5,83
(-) Opções de compras de ações exercidas (custo médio R$ 5,83)	(50.000)	(292)	5,83
	7.507.000	43.772	5,83
Ações em tesouraria adquiridas (custo médio R$ 6,42)	986.700	6.335	6,42
	8.493.700	50.107	5,90
(-) Opções de compras de ações exercidas (custo médio R$ 5,90)	(200.000)	(1.179)	5,90
	8.293.700	48.928	5,90
Ações em tesouraria adquiridas (custo médio R$ 6,91)	693.900	4.794	6,91
	8.987.600	53.722	5,98
(-) Opções de compras de ações exercidas (custo médio R$ 5,98)	(430.000)	(2.570)	5,98
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**8.557.600**	**51.151**	**5,98**
(-) Opções de compras de ações exercidas	(2.057.000)	(12.301)	5,98
	6.500.000	38.850	5,98
Ações em tesouraria adquiridas (custo médio R$ 6,94)	350.000	2.428	6,94
	6.850.600	41.278	6,03
(-) Opções de compras de ações exercidas	(60.000)	(362)	6,03
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**6.790.600**	**40.917**	**6.03**

b) Outros resultados abrangentes

Referem-se à conversão dos resultados em moeda estrangeira calculados sobre o patrimônio líquido das controladas estrangeiras.

24. Plano de pagamento baseado em ações

No âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção - 2015”), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, os administradores e os empregados da Companhia e de suas controladas (“Beneficiários”) são elegíveis a receber opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Opção”).

A outorga de opções deve respeitar sempre o limite máximo de 8.326.580 ações ordinárias, equivalente a 5% do capital social da Companhia.

O Plano de Opção – 2015 é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia ou, por opção deste, pelo Comitê de Remuneração (“Comitê”), e, conforme o caso, os membros deste Comitê terão amplos poderes para, respeitados os termos do Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes do Conselho de Administração da Companhia, organizar e administrar o Plano e os contratos de opção de compra de ações outorgados no seu âmbito.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso definirá: (a) os Beneficiários; (b) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (c) a divisão da outorga em lotes, se for o caso; (d) o preço de exercício; (e) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da Opção; e (f) eventuais disposições sobre penalidades, sempre observando as diretrizes gerais previstas no Plano, bem como fixará os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contrato”), a ser celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário. O Contrato definirá o número e a espécie de ações que o Beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da Opção e quaisquer outros termos e condições, sempre observando as diretrizes gerais previstas no Plano.

O preço de exercício é atualizado mensalmente pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (“IPCA”) ou pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) a partir da data de outorga.

Com a condição de permanecer na Companhia, os Beneficiários adquirirão, a cada 12 meses, o direito de exercer o percentual de opções definidas em cada Contrato (opções “*vested*”), com um período máximo de até dois anos após o período de “*vesting*”.

As opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Companhia, conforme opção a ser definida pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê.

Com características similares ao Plano de Opção - 2015, em 27 de outubro de 2017, o Conselho de Administração aprovou o Plano de Opção – 2017, com outorgas de opções limitadas a 4.550.000 ações ordinárias, equivalente, na data, a 2,73% do capital social da Companhia. Diferentemente do Plano de Opção – 2015, neste plano, os beneficiários poderão exercer as opções “*vested*” em um período máximo de até três meses após o período do “*vesting*”, salvo decisão específica em contrário.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de agosto de 2019 foi aprovado o Plano de Opção – 2019, com outorgas de opções limitadas a 4.325.000 ações ordinárias, equivalentes a 2,21% do capital social da Companhia. O Plano de Opção – 2019 possui características similares aos planos anteriores.

24. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

A posição das opções outorgadas em aberto em 31 de dezembro de 2019 é demonstrada a seguir:

Exercício de outorga	Quantidade de ações				Valor justo da opção[1]	Preço de exercício[1]	
	Outorgadas	Não exercidas por saída[2]	Exercidas	Em aberto		Na outorga	Atualizado
Plano de Opção - 2015							
2015	2.700.000	(1.508.000)	(1.192.000)	-	4,75 [3]	4,00	4,84
2016	3.900.000	(1.067.000)	(2.733.000)	100.000	2,19	4,00	4,64
2017	4.050.000	(1.761.250)	(1.365.000)	923.750	3,22	6,56	7,55
2018	100.000	-	-	100.000	1,95	6,75	6,75
2019	350.000	-	-	350.000	3,01	6,00	6,00
	11.100.000	**(4.336.250)**	**(5.290.000)**	**1.473.750**			
Plano de Opção – 2017							
2017	4.300.000	(790.000)	-	3.510.000	2,96	7,47	8,36
2018	900.000	(20.000)	-	880.000	1,98	6,37	6,49
	5.200.000	**(810.000)**	**-**	**4.390.000**			
Plano de Opção – 2019							
2019	3.550.000	(50.000)	-	3.500.000	2,97	7,57	7,81
	3.550.000	**(50.000)**	**-**	**3.500.000**			
	19.850.000	**(5.196.250)**	**(5.290.000)**	**9.363.750**			

(1) Valores expressos em R$.
(2) Conforme previsto em contrato de outorga, os beneficiários que renunciarem e/ou forem desligados dos cargos que exercem na Companhia perdem o direito de exercício das opções "*non vested*".
(3) Corresponde ao valor justo na data da outorga do plano de opções sem o reflexo das cláusulas aditadas em 2016.

24. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

A movimentação ocorrida nas opções outorgadas em aberto está apresentada abaixo:

	Plano de Opção – 2015	Plano de Opção – 2017	Plano de Opção – 2019	Total
Quantidade de opções em aberto em 31 de dezembro de 2017	5.425.000	4.300.000	-	9.725.000
(+) Opções outorgadas de 2018	-	1.000.000	-	1.000.000
(-) Não exercidas por saída / expiradas				
Outorga de 2017	(1.176.250)	(240.000)	-	(1.416.250)
(-) Exercidas				
Outorga de 2017	(233.000)	-	-	(233.000)
Outorga de 2016	(590.000)	-	-	(590.000)
Outorga de 2015	(200.000)	-	-	(200.000)
Quantidade de opções em aberto em 31 de dezembro de 2018	**3.225.750**	**5.060.000**	**-**	**8.285.750**
(+) Opções outorgadas de 2019	350.000	-	3.550.000	3.900.000
(-) Não exercidas por saída / expiradas				
Outorga de 2019	-	-	(50.000)	(50.000)
Outorga de 2018	-	(20.000)	-	(20.000)
Outorga de 2017	(85.000)	(550.000)	-	(635.000)
(-) Exercidas				
Outorga de 2017	(1.057.000)	-	-	(1.057.000)
Outorga de 2016	(1.060.000)	-	-	(1.060.000)
Quantidade de opções em aberto em 31 de dezembro de 2019	**1.373.750**	**4.490.000**	**3.500.000**	**9.363.750**

O valor justo para o Plano foi calculado na data de outorga de cada Plano e ajustado de acordo com o aditamento citado acima, com base no modelo de precificação “Black & Scholes”. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, nas demonstrações dos resultados, e na rubrica “Reserva para plano de opções de compra de ações”, no patrimônio líquido, como segue:

Exercício de outorga	Acumulado em 31/12/2018	Apropriado ao resultado em 2019	Acumulado em 31/12/2019	Valores a registrar em períodos futuros[(1)]
Plano de Opções – 2015				
2015	5.659	-	5.659	-
2016	6.158	49	6.207	7
2017	5.861	1.078	6.939	421
2018	2	85	87	108
2019	-	279	279	776
	17.680	1.491	19.171	1.312
Plano de Opções – 2017				
2017	5.558	2.084	7.642	2.761
2018	57	728	783	957
	5.613	2.812	8.425	3.718
Plano de Opções – 2019				
2019	-	1.340	1.340	9.067
	-	1.340	1.340	9.067
Total	23.293	5.643	28.936	14.097

(1) A média ponderada do prazo contratual remanescente é de 17 meses.

24. Plano de pagamento baseado em ações—Continuação

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	Média ponderada
Expectativa de prazo de vida da opção[(1)]	**2,6 anos**
Volatilidade[(2)]	**41,9%**
Taxa de risco[(3)]	**5,0%**

(1) Representa o período em que se acredita que as opções serão exercidas e foi determinado com base na premissa que os beneficiários exercerão suas opções no limite do prazo de vencimento;
(2) A volatilidade estimada levou em consideração a ponderação do histórico de negociações das ações da Companhia;
(3) A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa referencial da BM&F disponível na data do cálculo e com vencimento equivalente ao prazo da opção.

25. Receita líquida

	Controladora		
Receita desagregada	Catering	Varejo	Total
Receita bruta	**122.026**	**39.097**	**161.123**
Impostos sobre vendas	**(11.477)**	**(2.961)**	**(14.438)**
Devoluções e abatimentos	**892**	**(85)**	**807**
Receita Líquida em 31 de dezembro de 2019	**111.441**	**36.051**	**147.492**
Receita bruta	139.333	40.334	179.667
Impostos sobre vendas	(13.964)	1.746	(12.218)
Devoluções e abatimentos	(294)	(125)	(419)
Receita Líquida em 31 de dezembro de 2018	125.075	41.955	167.030

	Consolidado			
Receita desagregada	Franqueados	Catering	Varejo	Total
Receita bruta (*)	**7.932**	**181.355**	**1.514.129**	**1.703.414**
Impostos sobre vendas	**(996)**	**(14.192)**	**(46.433)**	**(61.621)**
Devoluções e abatimentos	**-**	**892**	**(39.424)**	**(38.531)**
Receita Líquida em 31 de dezembro de 2019	**6.936**	**168.055**	**1.428.271**	**1.603.262**
Receita bruta	-	204.704	1.478.426	1.683.130
Impostos sobre vendas	-	(22.931)	(45.800)	(68.731)
Devoluções e abatimentos	-	(294)	(32.024)	(32.318)
Receita Líquida em 31 de dezembro de 2018	-	181.479	1.400.602	1.582.081

26. Despesas de vendas e operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Despesas com folha de pagamento	**(7.338)**	(5.945)	**(13.025)**	(14.105)
Despesas com publicidade e marketing	**(310)**	(452)	**(27.580)**	(28.655)
Despesas de aluguel	**(6.556)**	(9.516)	**(72.827)**	(151.975)
Despesas com serviços de terceiros	**(1.826)**	(2.217)	**(31.424)**	(37.012)
Comissões de cartões de crédito e débito	**(322)**	(266)	**(20.844)**	(19.701)
Despesas com *royalties*	**-**	-	**(26.047)**	(23.652)
Despesas com manutenção	**(70)**	(50)	**(16.128)**	(16.178)
Despesas com logística	**(902)**	(980)	**(5.438)**	(4.659)
Despesas com infraestrutura de comunicação	**(360)**	(579)	**(3.117)**	(3.680)
Taxas e emolumentos	**(510)**	(334)	**(14.087)**	(12.686)
Outras despesas	**(714)**	(4.682)	**(20.680)**	(22.580)
	(18.908)	(25.021)	**(251.197)**	(334.883)

27. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Despesas com folha de pagamento	**(40.296)**	(33.067)	**(72.534)**	(65.560)
Despesas de aluguel de escritório	**(339)**	(1.194)	**(1.131)**	(2.994)
Despesas com serviços de terceiros	**(8.515)**	(7.522)	**(17.940)**	(10.715)
Despesas com viagens	**(426)**	(885)	**(2.449)**	(2.715)
Despesas com manutenção e utilidades	**(1.649)**	(2.056)	**(3.518)**	(4.089)
Despesas com pagamentos com base em ações	**(5.643)**	(9.568)	**(5.644)**	(9.568)
Despesas com pré-abertura de lojas	**-**	-	**(7.824)**	(5.754)
Ressarcimento de despesas - Rateio entre partes relacionadas	**34.134**	37.836	**-**	-
Despesas com infraestrutura e comunicação	**-**	(514)	**-**	(1.336)
Gastos relacionados ao acordo de associação/combnação de negócios	**(15.848)**	(6.403)	**(16.030)**	(6.403)
Outras despesas	**(3.231)**	(3.282)	**(8.078)**	(5.071)
	(41.813)	(26.655)	**(135.148)**	(114.205)

28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Outras despesas:				
Baixa de ativos fixos	**(60)**	(153)	**(1.600)**	(3.653)
Provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias, líquidas de reversões.	**(5.284)**	(4.058)	**(12.961)**	(10.910)
Resultado liquido na aquisição de participação de não controladora	**-**	-	**-**	(819)
Gastos com fechamento de lojas	**(4)**	(1.234)	**(2.457)**	(7.008)
Outras despesas	**(617)**	(309)	**-**	(750)
	(5.965)	(5.754)	**(17.018)**	(23.140)
Outras receitas:				
Verbas e acordos comerciais	**408**	674	**6.654**	2.983
Vendas de ativos fixos e pontos comerciais	**39**	-	**4.062**	89
Recuperação de créditos tributários(*)	**5.046**	3.077	**20.354**	11.481
Outras receitas	**-**	-	**3.018**	662
	5.493	3.751	**34.088**	15.215
Total líquido	**(472)**	(2.003)	**17.070**	(7.925)

(*) Referente ao reconhecimento de créditos referentes à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da Cofins, descrito na Nota 11.

29. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras	**6.079**	630	**7.104**	3.146
Atualização monetária ativa	**3.241**	-	**10.963**	6.523
Ganho sobre perdão de empréstimos de parte relacionada	**-**	27.782	**-**	-
Variação Cambial ativa	**-**		**333**	
	9.320	28.412	**18.400**	9.669
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	**(19.940)**	(919)	**(29.531)**	(11.451)
Juros sobre aquisições de empresas e de direitos de pontos comerciais	**(3.068)**	-	**(3.068)**	(1.937)
Variação cambial Passiva	**(45)**	(1.724)	**-**	(1.774)
Variação monetária, juros e taxas bancárias	**(955)**	(844)	**(1.737)**	(3.258)
Despesa com Juros – Passivo de Arrendamento	**(1.801)**	-	**(33.693)**	-
Outras despesas financeiras	**-**	(1.949)	**(7.749)**	(8.691)
	(25.809)	(5.436)	**(75.778)**	(27.111)
Total líquido	**(16.489)**	22.976	**(57.378)**	(17.442)

30. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Custo com estoques	**(38.506)**	(42.529)	**(564.973)**	(549.490)
Custos de royalties	**-**	-	**(3.964)**	-
Despesas com pessoal	**(103.213)**	(100.743)	**(498.110)**	(497.470)
Despesas comerciais	**(310)**	(452)	**(27.580)**	(28.655)
Despesas com serviços de terceiros	**(10.341)**	(9.739)	**(49.849)**	(48.093)
Despesas funcionais	**(20.587)**	(26.051)	**(225.647)**	(307.619)
Depreciação e amortização	**(16.371)**	(16.879)	**(79.004)**	(77.640)
Amortização – sobre direito de uso	**(3.874)**	-	**(70.497)**	-
Redução do valor recuperável dos ativos	**(1.098)**	15	**(3.877)**	(6.029)
Recuperação no rateio de despesas - partes relacionadas	**34.134**	37.836	**-**	-
Amortização de investimento em "*joint venture*"	**-**	-	**(2.462)**	(2.281)
Resultado de equivalência patrimonial	**33.993**	52	**12.241**	9.147
Outras despesas	**(21.158)**	(16.310)	**(57.191)**	(40.861)
	(147.331)	(174.800)	**(1.570.913)**	(1.548.991)
Classificadas como:				
Custo de vendas e serviços	**(103.892)**	(111.105)	**(1.090.557)**	(1.073.012)
Despesas de vendas e operacionais	**(18.908)**	(25.021)	**(251.487)**	(334.883)
Despesas gerais e administrativas	**(41.813)**	(26.655)	**(135.148)**	(114.205)
Depreciação e amortização	**(11.739)**	(12.086)	**(29.125)**	(27.728)
Amortização sobre direito de uso	**(3.874)**		**(70.497)**	
Redução do valor recuperável dos ativos	**(1.098)**	15	**(3.877)**	(6.029)
Resultado de equivalência patrimonial	**33.993**	52	**9.778**	6.866
	(147.331)	(174.800)	**(1.570.913)**	(1.548.991)

31. Partes relacionadas

A Controladora, e controladas realizam operações entre si, relativas a aspectos financeiros, comerciais e operacionais da Companhia.

A Yum! Brands, Inc. (Yum!) é uma parte relacionada, pois a mesma é acionista da Companhia. A Companhia firmou um contrato de Master Franqueado e tem a obrigação de pagar taxa de franquia e royalties à Yum!.

a) *Franchise Fees* e *Royalties*

Essas transações são feitas através de condições exclusivas previstas nos contratos entre a Yum!, e a Companhia, que por sua vez representa as marcas no Brasil, não havendo condições comparáveis no mercado.

Adicionalmente, em função do contrato de Master Franqueado existente entre KSR Master e PHSR Master, a Companhia faz jus ao recebimento de um fee mensal de serviços decorrentes das atividades de gestão dos franqueados existentes no país. Por esse serviço a Companhia recebe uma receita mensal equivalente à um % da receita líquida dos restaurantes desenvolvidos por esses franqueados. Essas transações também são feitas em condições específicas, conforme contrato.

31. Partes relacionadas--Continuação

Em função dos contratos expostos, as seguintes subsidiárias da controlada direta MultiQSR tem registrado em 31 de dezembro de 2019 os seguintes valores:

	KSR Master	PHSR Master	Inventure	PHSR Gestão	Miller	Brão Geraldo	Chácara Primavera
Passivo							
Royalties a pagar	**4.265**	**6.380**	**2.054**	**213**	**343**	**19**	**84**
Resultado							
Despesas com Royalties	**(1.326)**	**(2.639)**	**(791)**	**(75)**	**(391)**	**-**	**-**

b) Compartilhamento de despesas

Como forma de aprimorar a estrutura corporativa, a Companhia e suas controladas tem acordado entre si o compartilhamento de custos e despesas, focados principalmente no compartilhamento das estruturas de back-office e corporativa. As transações intercompany de ressarcimento são realizadas apenas entre empresas do Brasil.

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Ressarcimento de Despesas		
Rede Viena	**22.138**	32.450
Rede Frango Assado	**3.454**	5.342
Tob's	**-**	44
	25.592	37.836

c) Operações de Compra e venda:

A Companhia e suas controladas mantêm transações comerciais entre si, principalmente de operações de compras e vendas mercantis, realizadas a preços e condições usuais de mercado, quando existentes.

Operações de venda:

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Rede Viena	**5.657**	17.481
Frango Assado	**213**	2.734
	5.870	20.215

31. Partes relacionadas--Continuação

d) Outras transações

A Companhia, no entendimento da plena integração das suas operações com suas controladas, realiza transações envolvendo transferências de recursos financeiros e saldos em contas corrente. O saldos em aberto são os seguintes:

Saldos ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Rede Viena	**81.023**	17.481	**-**	-
Frango Assado	**6.485**	2.734	**-**	-
MultiQSR	**40.777**	-	**-**	-
BRS Gestão	**-**	-	**698**	-
TBB Gestão	**-**	-	**1.715**	-
WW Holding	**-**	-	**122**	-
	128.285	20.215	**2.535**	-

Saldos passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	**31/12/2019**	31/12/2018
Tobs	**611**	751	**-**	-
Panamá	**50.448**	58.791	**-**	
TBB Gestão	**-**	-	**494**	
WW Holding	**-**	-	**2.586**	-
	51.059	59.542	**3.080**	-

Os avais e as garantias prestados pelas empresas do Grupo para financiamentos próprios ou de partes relacionadas são os divulgados na Nota Explicativa nº 16.

32. Remuneração da Administração

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R$16.778 (R$16.658 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e no consolidado, sendo desse valor R$4.668 (R$7.813 em 31 de dezembro de 2018) referente ao plano de pagamento baseado em ações. Esse valor foi registrado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios de curto e longo prazos.

33. Cobertura de seguros

O Grupo adota uma política de seguros que leva em conta principalmente a concentração de riscos e sua relevância, fornecendo um nível de cobertura considerado suficiente de acordo com o tipo de atividade e a orientação de seus corretores de seguros.

As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019, são assim demonstradas:

	Consolidado
Responsabilidade civil	**58.366**
Riscos diversos - estoques e imobilizado	**629.305**
Veículos	**68.317**
Outras	**12.323**
	768.311

34. Lucro (prejuízo) líquido por ação

Básico

O lucro (prejuízo) líquido por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) líquido do período pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o mesmo período.

Diluído

O lucro (prejuízo) líquido por ação diluído é calculado ajustando a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição.

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro (prejuízo) líquido por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Lucro por Ação:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**
Numerador básico e diluído		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia utilizado na apuração do lucro (prejuízo) básico e diluído total por ação	**(15.842)**	7.894
Ações disponíveis:		
Denominador básico e diluído (em milhares de ações)	**168.875**	161.944
Média ponderada dos direitos de ações concedidos	**-**	275
Média ponderada das ações disponíveis	**168.875**	162.219
Lucro (prejuízo) líquido por ação básico - R$	**(0.09381)**	0,04875
Lucro (prejuízo) líquido por ação diluído - R$	**(0.09381)**	0,04866

35. Eventos Subsequentes

Programa de recompra de ações

Em 8 de janeiro de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o encerramento do programa de recompra de ações da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração em 7 de novembro de 2019 (“Programa de Recompra”); bem como deliberou a a autorização para a alienação de ações, pela Diretoria, de emissão da Companhia e mantidas em tesouraria.

COVID-19 e impacto nas Demonstrações Financeiras

Em consonância com o Ofício Circular nº 02/2020 emitido em 10 de março de 2020 pela CVM, a Companhia constantemente tem avaliado os potenciais impactos do Coronavírus (COVID-19) nas áreas administrativas e de operações e tem tomado algumas medidas visando frear a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos.

De modo a prover respostas rápidas que uma situação como essa demanda, a Companhia instaurou comitê de urgência da diretoria para avaliar a situação e preparar as medidas a serem adotadas para preservar a segurança e a saúde de funcionários, consumidores e comunidade.

A Companhia preza pela continuidade das suas atividades, que entende ser de suma importância à comunidade nesse momento, e tem mantido as suas operações da seguinte forma:

- Rodovias: Postos e lojas funcionando, somente com padaria e mini mercado e em horários reduzidos
- Shoppings: Operação funcionando, na maior parte das regiões, através de delivery
- Aeroportos: no Brasil catering e varejo permanecem em operação com poucas lojas fechadas e Caribe com operações fechadas
- Estados Unidos: 20% das operações em funcionamento

De modo a minimizar eventuais perdas financeiras, a Companhia tem adotado as seguintes medidas:

a) Reforço do Delivery – Alternativas de geração de receita no período

No Brasil, a Companhia reforçou o delivery nas marcas Pizza Hut, KFC, Olive Garden e Viena. As campanhas de marketing foram direcionadas para os canais digitais e foram incluídas promoções focadas na família, ou seja, com a quarentena os pedidos tendem a possuir um maior número de itens, diferente do dia a dia de uma operação normal.

35. Eventos Subsequentes--Continuação

COVID-19 e impacto nas Demonstrações Financeiras--Continuação

b) Alternativas de Redução de despesas e preservação de caixa

No Brasil, em função do fechamento de lojas, houve redução de aproximadamente 30% do quadro de funcionários ao longo dos últimos dias e, para os funcionários que permanecem, parte gozam período de férias e alguns terão seus contratos de trabalho suspensos de acordo com negociações sindicais e também de novos decretos dos governos Estaduais e Federal.

Na Colômbia e no Panamá, foi acionada a suspensão de contrato dos funcionários seguindo plano de acordo com a legislação de cada pais.

Nos Estados Unidos houve redução de quadro, suspensão do contrato de trabalho de parte dos funcionários com manutenção do plano de saúde e alguns funcionários em férias.

Quanto às outras despesas, em todos os países, há negociação de contratos de aluguel em curso, redução do horário de operação das lojas que ficam abertas e fechamento de lojas (aproximadamente 15 lojas da marca Viena) de shopping, que já estavam sob monitoramento.

Além disso suspendemos temporariamente todos os novos projetos de Capex que não estivessem em fase avançada de conclusão.

c) Liquidez

Apesar da grande volatilidade nos mercados financeiros, a administração não vê, nesse momento, sinal de risco de liquidez relevante para a Companhia, caso as ações que estão sendo implementadas surtam o efeito esperado.

Com relação à mensuração dos ativos e passivos, não identificamos até o momento situações ou alterações relevantes nas estimativas de recuperabilidade dos ativos, provisão para perdas de crédito, realização líquida dos estoques e dos tributos diferidos.

Convocação de assembleia geral de debenturistas

No dia 27 de março de 2020 a Companhia publicou edital de convocação para Assembleia Geral de Debenturistas (1ª e 2ª emissão) para deliberar sobre as seguintes propostas:

(i) autorização para que a Companhia seja dispensada do cumprimento do Índice Financeiro constante do Evento de Inadimplemento previsto no item “xxviii” da Cláusula 7.1 das escrituras de emissão, conforme verificações que serão realizadas com base: (a) nas informações financeiras trimestrais consolidadas revisadas (ITRs) da Companhia de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020 e 2021; e (b) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas da Companhia de 31 de dezembro de 2020 e 2021.

36. Autorização das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de março de 2020, foram aprovadas e autorizadas para divulgação as presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Não há comentários a reportar.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Não existem informações que a Companhia julgue relevantes.

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não há Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Padronizadas

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

São Paulo, 30 de Março 2019.

Newton Maia Salomão Alves
Diretor Presidente

Maristela Aparecida do Nascimento
Diretora Administrativa e Financeira

.Declaração dos Diretores sobre o
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre o Formulário de Informações Trimestrais - ITR da International Meal Company Alimentação S.A. referente ao período findo em 31 de dezembro de 201

São Paulo, de Março de 2019.

Newton Maia Salomão Alves
Diretor Presidente

Maristela Aparecida do Nascimento
Diretora Administrativa e Financeira